

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**JOSIELLE ALVES FREITAS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA  
DA CONQUISTA-BA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BA  
2014**

**JOSIELLE ALVES FREITAS**

**POLITICAS PÚBLICAS COMO ESTRATEGIA PARA PROMOÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICIPIO DE VITÓRIA DA  
CONQUISTA-BA**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Ciências econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para a aprovação na disciplina monografia II e obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador(a): Sofia de Pádua Manzano**

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BA  
2014**

**JOSIELLE ALVES FREITAS**

**POLITICAS PÚBLICAS COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA  
DA CONQUISTA-BA**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para a aprovação na disciplina monografia II e obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em \_\_/ \_\_/ \_\_

Banca examinadora

---

Sofia de Pádua Manzano.

---

Examinador

---

Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a, DEUS, por permitir em minha vida a concretização deste trabalho e por ter me servido como fonte inspiradora incessantemente em minhas reflexões.

Agradeço a ti Eraldo, pelo seu companheirismo, compreensão, dedicação e respeito e por se ter feito tão presente em vários momentos que precisei muito obrigada por existir.

Agradeço a vida por permitir ter como orientadora na execução desta pesquisa a professora Sofia de Pádua Manzano. Desejo-te muita luz e paz, muito agradecida.

Agradeço aos colegas de curso e mestres pelo convívio acadêmico e a todos dentre os familiares e amigos da vida que direta e indiretamente somaram para a realização de tal feito.

*“Todo começo é difícil, isso vale para qualquer ciência”*

*(Karl Marx)*

## RESUMO

O objetivo, do presente trabalho é explorar o conceito de desenvolvimento sustentável e como este é promovido pelas políticas públicas ambientais. Assim, essa monografia, apresenta como objetivo central o estudo sobre a efetividade das políticas públicas adotadas no município de Vitória da Conquista-BA. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre desenvolvimento sustentável e políticas públicas ambientais para poder consubstanciar a investigação, paralelamente permite averiguar se as políticas públicas ambientais adotadas no município de Vitória da Conquista – BA, estão atendendo os critérios da sustentabilidade ambiental em seus três pilares (social, econômico, ambiental). Por fim, foi concluído que as políticas públicas ambientais, adotadas neste município não atendem os pressupostos do desenvolvimento sustentável, devido em sua ótica ambiental e econômica não contemplarem os quesitos necessários a sustentabilidade até então. Desta forma, não permite a harmonização entre os três pilares bases a contemplação deste modelo de desenvolvimento não descartando a presunção de um futuro próximo atender.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, políticas e públicas ambientais.

## **LISTA DE SIGLAS**

- CMMAD — Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNUMAD — Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CONAMA — Conselho Nacional de Meio ambiente
- CQNUMC — Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
- IBAMA — Instituto brasileiro de meio ambiente e dos recursos naturais
- ONU — Organização das Nações Unidas
- PNUMA — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- SEMA — Secretaria Especial de Meio Ambiente
- SEMMA — Secretária Municipal de Meio Ambiente
- SISNAMA — Sistema Nacional de Meio Ambiente
- UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>11</b>
1.1 A invenção do desenvolvimento sustentável.....	13
1.2 A ação da comunidade internacional rumo ao Desenvolvimento Sustentável.....	17
1.3 Produções industriais e obsolescência programada.....	20
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS .....</b>	<b>27</b>
2.1 Escopo das políticas públicas ambientais e a ideia de desenvolvimento sustentável.....	28
2.2 Papel do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável .....	34
2.3 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável no Município de Vitória da Conquista - BA....	39
<b>3 A CORROBORAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA .....</b>	<b>43</b>
3.1 Reflexões conceituais .....	43
3.2 Confrontações conceituais com as políticas públicas ambientais adotadas em Vitória da Conquista para investigação das hipóteses. ....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS: .....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O crescimento desordenado das sociedades modernas provoca a utilização dos recursos naturais sem nenhum planejamento, o que ocasiona sérios impactos sociais e ambientais. Em torno deste assunto foram feitas várias mobilizações que resultaram na Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972), realizada pela ONU, e a formação do “Clube de Roma.” Mais tarde, a cidade do Rio de Janeiro sedia a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMAD), o intuito desses encontros eram discutir possíveis soluções para as questões ambientais enfrentadas pelo planeta.

O resultado foi à criação da Agenda 21, documento em que os países participantes assumiram compromissos em torno da problemática ambiental. Logo, um novo modelo de desenvolvimento fundamentado no conceito de sustentabilidade começou a ser divulgado. Assim, o discurso em torno da temática ganhou, devida atenção em nível mundial.

Desta forma, a ideia de que a natureza é fonte ilimitada de recursos disponíveis ao homem passou a ser questionada (BERNADES; FERREIRA, 2008, P.17). Ao mesmo tempo, para se alcançar, em uma sociedade moderna e estruturalmente montada, os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica é preciso despertar, nos indivíduos, a percepção da grandeza que o meio ambiente exerce em sua vida. Entre os três pilares do desenvolvimento sustentável apontado por Sachs (2008), que trazem a ideia de um desenvolvimento sustentável não só ambiental, mas a junção deste também nos âmbitos econômico, social e cultural, faz-se necessária a conscientização e a mudança comportamental responsável do ser humano.

Entretanto, as complexidades das estruturas sociais inviabilizam a busca pelo desenvolvimento sustentável, pois o crescimento econômico é acompanhado de um consumismo exacerbado que, por sua vez, acaba gerando externalidades negativas ao meio natural acentuado pelo caráter predatório da dinâmica produtiva, conforme Santos (1996), advinda do processo industrial.

Mas, a formulação de políticas públicas efetivas enquanto sua aplicabilidade pode contribuir de forma ativa para o exercício da conscientização e adoção de práticas sustentáveis nas comunidades como forma de conter essas adversidades.

O objetivo geral dessa monografia é investigar a existência e a efetividade de políticas públicas ambientais no município de Vitória da Conquista no que diz respeito à promoção da sustentabilidade ambiental. Portanto, foi efetuado um estudo local a respeito da temática, visando identificar as possíveis formulações de políticas públicas e se estas estariam contribuindo para a promoção do desenvolvimento ambientalmente sustentável no município.

Os objetivos específicos são: 1) Explicar o conceito de desenvolvimento sustentável assim como a sua evolução e discussões sobre o assunto; 2) Discutir como a formulação de políticas públicas pode intervir na disseminação do modelo de desenvolvimento sustentável; 3) Analisar como possivelmente estas políticas públicas estão contribuindo para uma melhor apropriação do modelo de desenvolvimento sustentável no município de Vitória da Conquista - BA.

Por conseguinte, nesta pesquisa é assumida intencionalmente a obrigação de se explorar o conceito de desenvolvimento sustentável, conceito este extraído de literaturas econômicas e também de outras áreas como a geográfica. Outro seguimento a ser aclarado é o das políticas públicas ambientais que se configuram como fortes instrumentos para as estratégias de disseminação das práticas do modelo de desenvolvimento com enfoque na sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, o presente trabalho parte da seguinte problemática: as políticas públicas ambientais adotadas pelo município de Vitória da Conquista são capazes de promover, efetivamente, em sua comunidade, o desenvolvimento ambientalmente sustentável?

Como hipótese, considera-se que, apesar da existência de ações que podem estar contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável, não há políticas públicas nesse sentido, que proporcionem o envolvimento significativo da sociedade local, portanto, essas políticas ainda não são efetivas.

Conjectura-se que, tanto no âmbito econômico, como no social e no ambiental, a formulação de políticas públicas que atendam os pressupostos pregados pela sustentabilidade, inseridas de forma conscientizadora, ainda não formou cidadãos conhecedores da necessidade de se respeitar os limites da natureza.

Para poder investigar se as políticas públicas ambientais implantadas no município de Vitória da Conquista - BA estão atendendo os critérios do desenvolvimento sustentável, a metodologia utilizada neste trabalho será composta por uma revisão bibliográfica sobre o assunto, bem como uma pesquisa empírica na secretaria municipal de meio ambiente

(SEMMA) para averiguar a existência de políticas públicas que contribuam para a sustentabilidade ambiental, implicando no método exploratório, empírico.

Logo, a pesquisa pretende averiguar se as políticas públicas ambientais satisfazem ou não os pré-requisitos do desenvolvimento sustentável em seus três pilares econômico, social e ambiental.

Para tanto, a construção do trabalho se dá através da distribuição do assunto em capítulos devidamente sintonizados com a metodologia utilizada.

No capítulo 1 apresenta-se, conceitualmente, o Desenvolvimento Sustentável, tem por finalidade a exploração deste assunto desde a sua abordagem inicial, discussões internacionais em torno da temática, além de uma previa apresentação do que venha ser obsolescência programada e sua contribuição á degradação ambiental. O capítulo 2 contém um debate sobre políticas públicas e desenvolvimento sustentável. Neste capítulo será apresentado o escopo das políticas públicas ambientais bem como a forma como o Estado pode estar promovendo o Desenvolvimento Sustentável através de suas competências. Em seguida, o capítulo apresenta as políticas ambientais adotadas no município de Vitória da Conquista. O capítulo 3 segue apresentando o resultado da pesquisa empírica, ou seja, a corroboração do Desenvolvimento Sustentável e as políticas públicas ambientais no município de Vitória da Conquista. Esta seção é composta pela confrontação da teoria sobre Desenvolvimento Sustentável com as informações sobre políticas públicas ambientais de Vitória da Conquista.

Desta forma, após a construção da primeira e segunda seção deste trabalho, propositalmente origina-se a terceira seção, na qual é feita a confrontação das informações levantadas a partir das literaturas adotadas no primeiro capítulo com a realidade elencada no segundo capítulo. Dessa análise surge a resposta ao objeto de pesquisa assim como a discussão almejada na construção deste trabalho.

É de suma importância mencionar que essas discussões não têm por finalidade cessar, nem ao menos esgotar os estudos sobre Desenvolvimento Sustentável e as políticas públicas ambientais em Vitória da Conquista, mas por sua vez, anseia inserir preocupações racionais como também noções sobre a economia ambiental à área acadêmica e na sociedade civil como um todo. Assim, pretende-se que este estudo possa servir de base a outras pesquisas futuras de mesma intenção de análise, contribuindo para o questionamento do comportamento humano para com as questões ambientais.

## 1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste capítulo serão explorados, conceitualmente, aspectos significativos que se configuram como norteadores da pesquisa em questão. Os tópicos elencados em: 1.1-A invenção do desenvolvimento sustentável; 1.2-A ação da comunidade internacional rumo ao desenvolvimento sustentável; 1.3-Produção industrial e obsolescência programada. Ambos os tópicos corroboram com o assunto tratado no capítulo seguinte para que se possa dar continuidade na construção do objetivo do trabalho. No entanto, antes de se iniciar a exposição dos tópicos desta seção, fazem-se necessárias algumas considerações a respeito do instrumento balizador na composição deste trabalho que é a apresentação do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

É possível perceber que no transcorrer da história do homem, o mesmo tem assumido diferentes comportamentos diante dos recursos naturais, em decorrência do processo de produção. Com isso, as técnicas de produção assumem formas predatórias dos recursos ambientais, que acabam por provocarem externalidades negativas ao meio ambiente muitas vezes irreversíveis (BERNADES; FERREIRA, 2008, P.28).

Foi diante a este cenário que Sachs (2008, p.47) elucida que a percepção para as questões ambientais se deu a partir das consequências provocadas pelo choque do lançamento da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, pois demonstrou ao mundo a capacidade técnica de que o homem pode destruir não só a natureza, mas a própria vida neste planeta. No entanto, esta capacidade atribuída ao homem pode ser e está sendo estimulado pelo mesmo homem no decorrer do tempo, com a demasiada utilização dos recursos ambientais além da deposição de lixo em suas múltiplas fases, químicos, sólidos, líquidos e gasosos. Como também o consumismo desmedido influenciado pela obsolescência programada dos produtos.

Diante deste comportamento humano com atitudes depredatórias para com a natureza é de suma importância o exercício de padrões endógenos de desenvolvimento que assegurem a integridade dos bens naturais e um ambiente socialmente mais justo. É em face dessas necessidades que surge o desenvolvimento, primeiramente cunhado de Ecodesenvolvimento mais tarde de Desenvolvimento Sustentável.

Sachs (2008, p.54) entende que esses dois conceitos dizem respeito à mesma coisa ou seja, o referido autor afirma que é possível conseguir o ecodesenvolvimento a partir de um

aproveitamento sensato dos recursos naturais visando construir-se uma boa sociedade. Além disso, ele deixa claro que a sustentabilidade não é apenas ambiental, mas também social, cultural, econômica, governabilidade política e até mesmo internacional. Nesse sentido a sua recomendação para se alcançar a sustentabilidade deve seguir a utilização de oito critérios que perambulam o âmbito social, econômico, cultural, ecológico, territorial, político nacional e político internacional.

Em contraponto, Gomes (2011, p.44), relata que o primeiro conceito é mais enfático além de impor maiores limites ao uso dos recursos ambientais, conseqüentemente, também, ao crescimento econômico. Nessa mesma linha, (VEIGA, 2005, p.189), estabelece que a diferenciação básica entre a noção de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável é que, enquanto aquele trazia a ideia de que não era possível a compatibilidade entre o crescimento econômico e proteção ambiental, este prezava pela compatibilidade, defendendo ser possível associar o crescimento econômico com a conservação ambiental.

Visualizando toda essa evolução, e contextualizando o seu conceito, de acordo com as discussões realizadas, SILVA (2006) entende o desenvolvimento sustentável como sendo, o resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais "cultivadas" no decorrer do tempo com finalidades econômicas, obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente. Logo, indo ao encontro e reconhecimento das preposições mencionadas por Sachs.

É importante entender que na literatura ambiental e econômica há uma diversidade de definições para o Desenvolvimento Sustentável, sendo válido salientar que o paradigma para este conceito, em relação ao ecodesenvolvimento, se deu a partir de 1973. No entanto, se mostra bem enfático em todas elas a ideia de maximização dos ensejos econômicos e do bem-estar social atrelados ao meio ambiente.

Como forma de se cumprir o intento da pesquisa, o Desenvolvimento Sustentável abordado se fundamentará em três princípios norteadores. Os quais se inserem sob as seguintes óticas: social, com vistas ao bem-estar e melhorias na qualidade de vida de toda a população; econômica, que se refere ao equilíbrio entre produção e consumo; e ambiental, que almeja a manutenção dos recursos naturais como forma de permitir a continuidade e disponibilidade dos mesmos.

É pertinente mencionar que a origem do conceito, as discussões em âmbito nacional e internacional, assim como o entendimento do que venha a ser obsolescência programada, são

assuntos que peregrinam os tópicos seguintes. Diante disto, demonstra-se ser importante a exploração do conceito de desenvolvimento sustentável, pois o mesmo consubstancia o referencial teórico servindo como principal instrumento direcionador da pesquisa.

### **1.1 A invenção do desenvolvimento sustentável**

A história do homem na terra foi e é marcada por grandes transformações no ecossistema, o que levou à ruptura com seu entorno. Para Oliveira e Guimarães, o homem começou a modificar o espaço desde seu surgimento no planeta, conforme descreve:

No momento que o homem surge na Terra, inicia-se um processo de transformação da natureza. Neste sentido, é possível afirmar que o processo de degradação ambiental se confunde com a origem do próprio ser humano. A busca da satisfação das múltiplas necessidades humanas (ilimitadas) explica a aguda crise ambiental de nossos dias (2004, p.14).

Entretanto, o processo de evolução das sociedades é acompanhado até hoje por profundas crises de paradigmas e de civilizações e, nos últimos tempos, a crise ecológica tem se tornado um dos maiores desafios da humanidade.

Até o advento da Revolução Industrial, a interação do homem com a natureza provocava mudanças ambientais, no entanto, não chegava a suscitar uma ameaça. Isso porque nas sociedades pré- capitalistas, o acúmulo de riqueza era limitado pelas necessidades materiais concretas dos indivíduos. Além disso, os recursos tecnológicos eram rudimentares, dificultando a expansão da produção, portanto, da utilização dos recursos naturais.

Com o capitalismo e o acúmulo de riqueza na forma monetária, não há limites para tal acumulação. Assim, a necessidade de produção não se baseia na garantia da vida e da reprodução dos seres humanos, mas sim, na necessidade de acumulação de riqueza (capital) na forma monetária, essa sim, ilimitada. Nesse sistema, a exploração do meio ambiente passa a ser predatório e irreversível.

Nessa perspectiva, Capra (2003) pondera que a fase capitalista globalizada ameaça e destrói comunidades locais no mundo inteiro, amparada em conceitos de que uma biotecnologia nociva invadiu a sacralidade da vida ao tentar mudar diversidade em monocultura, ecologia em engenharia e a própria vida em mercadoria.

Com isso, vários são os relatos sobre os desastres ambientais, a exemplo, do que ocorreu no final da década de 1950 quando após a deposição de rejeitos industriais provoca o derramamento de alto teor de mercúrio na baía de Minamata, Japão. Essa ocorrência causou serias consequências não só à saúde ambiental como também humana, principalmente para a população da região, que tem no pescado, algas e seres marinhos, a base alimentar. Esse acidente foi um dos elementos que fez com que a humanidade revesse seu conceito sobre desenvolvimento condicionado pela modernização típica da economia capitalista.

Diante desse cenário, faz-se necessário entender a origem do conceito de Desenvolvimento Sustentável através de duas dimensões opostas segundo Cavalcante (2001, p.23). Uma das dimensões se refere ao crescimento econômico e a outra ao meio ambiente. Com isso, chegando ao entendimento de que o aprimoramento das técnicas produtivas a partir de todo um aparato tecnológico pode contribuir para o aumento da capacidade de suporte da natureza.

Em contraponto sabe-se que tudo isso pode levar a humanidade ao caos. Pois, a natureza tem limites definidos e que o tempo de recuperação da mesma não corresponde o da demanda de recursos dela advindos dos processos produtivos, podendo assim provocar a extinção de vidas.

Nessa perspectiva, é de grande significância a compreensão de que crescimento econômico e desenvolvimento não são conceitos equivalentes, apesar de por muito tempo, ter significado para a economia. Segundo Bresser-Pereira, o processo de desenvolvimento também é de transformação dos âmbitos econômicos, políticos e social e com isso tornaria-se autônomo e automático o crescimento do padrão de vida e que este se propagaria por todas as regiões da esfera global. Contrapondo esta ideia, Gomes (2011, p.39) menciona que o desenvolvimento tem inserido as relações econômica, ambientais, sociais na utilização dos recursos naturais de forma racional.

É possível observar que no caso específico de Bresser-Pereira ele não leva em consideração as questões ambientais como condição também para desenvolvimento, assim não consentindo com posicionamento levantado por Gomes (2011).

Ainda, refutando o posicionamento de Bresser-Pereira, segundo Furtado (1973) elucidada que se trata de um mito a ideia de que todos os países atingiriam o padrão de desenvolvimento dos países centrais isso se torna impossível, pois a natureza não suportaria a propagação da voracidade de utilização de seus recursos da maneira a qual se dá nestas nações.

Nessa perspectiva, Souza (2005) afirma que desenvolvimento e crescimento não podem ser confundidos, pois o ônus dessa expansão não contempla toda a população, por não beneficiar a economia como um todo. Afirma ainda que, mesmo que haja um crescimento econômico a taxas relativamente consideráveis, o desemprego pode estar se mantendo em decorrência da robotização e informatização dos processos produtivos. Logo o autor em questão se opõe também a ideia de Bresser-Pereira (2003) de que o crescimento do padrão de vida é autônomo e automático.

Dada a diferenciação semântica entre os dois termos supracitados necessários para o firmamento do que realmente consiste o Desenvolvimento Sustentável.

É importante contextualizar que o paradigma deste modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável se deu em 1973, com direcionamento ao ecodesenvolvimento. Para Santana (2012), os primeiros dizeres a respeito desta temática surgiram no documento World's Conservation Strategy onde se discutiram a possibilidade de equilíbrio entre o social, econômico e ambiental.

Porém, no âmbito econômico a teoria malthusiana dos limites naturais pode ser considerada a percussora do conceito de desenvolvimento sustentável com a expressão dos limites do crescimento, devido à escassez de recursos, levantada por Thomas Malthus (1766-1834) que relatava que isso era consequência do crescimento populacional e não das ações humanas.

Em contraposição a esses dizeres é que Veiga (2005) parte da concepção de que as transformações que a sociedade vem sofrendo, em decorrência com os interesses econômicos voltados para o ideário economicista, provocam sérias modificações ambientais, ocasionando sérios desequilíbrios sociais e acabam por fomentar a degradação, poluição, a fome e a miséria entre os povos.

É possível observar que Malthus considera os limites da natureza, no entanto a inviabilidade desta teoria reside no fato de se considerar a curva de produção fixa, a qual despreza as inovações tecnológicas e suas contribuições para a produtividade. Por outro lado, Veiga (2005) atribui a ação humana como ocasionadora das desgraças ambientais.

No entanto, é de grande importância reconhecer que os impasses ecológicos não residem apenas nas ações da ciência, pois as sociedades, ao utilizarem de seus produtos e serviços, acabam por aceitarem as condições impostas de uso desenfreado dos recursos ambientais sem se aterem aos problemas que podem ser gerados futuramente.

Desta forma, a crise ambiental em um mundo globalizado é uma manifestação de uma crise mais geral, identificada por Capra (1995).

Sendo assim, a crise ambiental mostra que os problemas decorrentes da utilização demasiada dos recursos naturais não são novos, novas são as características extensivas da atividade econômica com consequências globais (CAMARGO, 2005).

No século XX, surge uma nova linha da economia política conhecida como economia orgânica ou descentralista, cujo principal representante foi Ernes Frits Shumacher (1982). O mesmo é a favor da disseminação desta ideia de desenvolvimento sustentável ao pensamento econômico. Ele defende um estilo de vida mais rudimentar, com técnicas que valorizem as habilidades manuais e assim o melhor modelo de consumo para as populações. (CAPRA, 1995; e BRAUN, 2005). Partindo dessa premissa, pode-se concluir que estas ideias foram as precursoras do modelo de desenvolvimento sustentável conceitualmente.

Contudo as condições oferecidas, no que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável em face ao sistema vigente, não passam de ressonâncias utópicas. É nessa perspectiva que Leff (1995) afirma que a noção de sustentabilidade foi sendo apresentada, vulgarizada até o ponto que faz parte do discurso comum. Ainda segundo Leff, o uso retórico do conceito apenas gerou um mimetismo discursivo e não definiu vias práticas para a sustentabilidade. A partir disso ele atribui a esta falha o motivo das dissensões e contradições do desenvolvimento sustentável.

Conforme Matos (1997), é neste contexto que surgem as estratégias de implementação do ecodesenvolvimento, ou de um desenvolvimento menos predatório. É válido ressaltar que a noção contemporânea do que venha a ser desenvolvimento sustentável tem sua origem nos debates em Estocolmo e na Conferência Rio-92 (SACHS, 1994).

Nos primeiros instantes, o desenvolvimento sustentável era entendido como um ideário de ordem ecológica, mas, recentemente passou a expressar os interesses econômicos e políticos, ganhando assim a atenção dos cientistas na elaboração operacional do conceito, pois, o modelo de desenvolvimento vigente, ao mesmo tempo em que insere as sociedades em um mundo globalizado, lhes cria também condições de miséria como: desemprego, má infraestrutura, enfim todos os problemas decorrentes da pobreza.

O reconhecimento da importância deste modelo foi retratado pela Conferência das Nações Unidas (ONU) de Estocolmo (1972) onde o conceito avançou em sua formulação, bem como muitos questionamentos, por declarar que o sistema em vigor deveria ser alterado. Em

seguida, a formação do Clube de Roma, composto por um grupo de especialistas que se reuniram em Roma para discutirem a questão ambiental. O resultado foi a elaboração de um relatório que demonstrou que a sociedade industrial progride, porém, ao mesmo tempo, está perto de exceder os limites ecológicos.

A partir daí, vincula-se definitivamente o termo desenvolvimento ao meio ambiente. Buscam-se progressos na disseminação desta ideia e surge o novo termo “ecodesenvolvimento,” o qual aparece na revisão do relatório da ONU, de 1978 (MATOS, 1997; e SACHES 2002). Entretanto, o conceito surge formalmente com o Relatório Brundtland (MATOS, 1997) ,que prega o desenvolvimento sustentável como um processo de mudança salientando que a emergência das demandas atuais não deve implicar no comprometimento das gerações futuras, por assim pensar a longo (BECKER, 1994).

Diante do que foi elencado nesse tópico, observa-se que o conceito de Desenvolvimento Sustentável é o resultado de discussões que remetem à questão do crescimento econômico que não se atém aos limites da natureza, peregrina a do desenvolvimento, apesar deste reconhecer as problemáticas ambientais, não as incorpora ao seu modelo que visa primeiramente a eficiência econômica e, com isso, chega-se ao ecodesenvolvimento com seu posicionamento radical perante as questões ecológicas. Por fim atinge-se a sustentabilidade que incorpora aos paradigmas do Desenvolvimento Sustentável as questões econômicas, social e ambiental.

Portanto, a discussão sobre a emergência do Desenvolvimento Sustentável se faz necessário, sendo tratada no próximo tópico.

## **1.2 A ação da comunidade internacional rumo ao Desenvolvimento Sustentável**

Desde a globalização econômica e seus impactos ambientais, a demanda do modelo de desenvolvimento sustentável dentro das sociedades passou a ser percebido e debatido em âmbito global gerando, ainda, imbricações de caráter nacional e local.

Através de uma contextualização cronológica é possível constatar que as primeiras ações que debateram as questões ambientais, remota o século XX. Neste período, havia se um ideário mais preservacionista com a criação de parques ambientais (DIEGUES, 2004).

No entanto, segundo (BERNADES & FERREIRA, 2008) elucida, logo após a pregação deste ideário preservacionista veio à tona uma série de catástrofes ambientais e, com isso, as discussões em torno da temática ambiental ganharam mais evidência. Ainda em

conformidade com os autores citados, esse debate ganhou uma maior ênfase depois da publicação, em 1962, do livro intitulado *Primavera Silenciosa*, de autoria de Rachael Carson, que relata os perigos da utilização de pesticidas e com isso, denuncia ao mundo a agressividade e imprudência com a qual o homem vem utilizando os bens naturais.

Logo depois foi realizada a conferência da Biosfera, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em 1968, em Paris, já relatavam discussões sobre o meio ambiente como o uso racional com vistas à conservação dos bens naturais (DIAS, 2006). Ainda, no mesmo ano, constituiu-se o Clube de Roma, composto por cientistas, educadores, economistas e políticos, com um objetivo comum de discutir e analisar os limites do crescimento econômico, considerando a crescente exploração e degradação dos recursos naturais.

A importante contribuição do Clube de Roma foi, sem dúvida, o foco em problemas globais de longo prazo e, também, o livro cujo título é *Os Limites do Crescimento* lançado em 1972, que apresentou o cenário pessimista em que as sociedades iriam se submeter em decorrência dos efeitos capitalistas (GOMES, 2011, P.40). Assim, o Clube de Roma tinha por objetivo aprofundar os estudos nos problemas principais da humanidade e que não podia argumentar sobre os problemas ambientais sem levar em consideração as desigualdades entre os países do hemisfério norte e sul. Entretanto, é válido ressaltar que o principal problema da proposta do Clube de Roma, foi a defesa do crescimento zero, na medida em que isso fechava o caminho para o crescimento dos países pobres.

No transcorrer dos tempos, surgiu a ideia de desenvolvimento sustentável a partir do conceito de ecodesenvolvimento, proposto durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Essa conferência foi realizada com o objetivo de conscientizar a sociedade a melhorar a sua relação com o meio ambiente e, assim, atender as necessidades da população no que se refere o bem estar econômico, social e ambiental sem comprometer o direito das gerações futuras (GOMES, 2011). Naquela época, acreditava-se que o meio ambiente era uma fonte inesgotável de recursos naturais e a relação homem com a natureza se dava de maneira desigual.

Nessa mesma direção, Gomes (2011) trata que ainda em 1972, a partir da Conferência das Nações Unidas, origina o Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente – PNUMA que teve por finalidade apresentar estímulos para a elaboração de políticas ambientais. Neste

mesmo período, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD.

Dessa orientação é possível observar que a década de 70 representou um marco fundamental no questionamento e nas manifestações ecológicas de abrangência mundial, fazendo com que as questões ambientais se inserissem na agenda do desenvolvimento das nações e das relações internacionais.

Em 1973, Maurice Strong concebeu o conceito de ecodesenvolvimento. No entanto, logo em seguida, esse conceito gerou um debate por não considerar os países em processo de desenvolvimento que não utilizavam tecnologias avançadas em seus processos produtivos, as quais provocassem degradação ambiental. O termo ecodesenvolvimento ficou, portanto, prejudicado. Daí, para Gomes (2011), o surgimento e propagação do termo Desenvolvimento Sustentável é a melhor escolha, pois esse envolve questões econômicas, sociais e ambientais mais convergentes.

Logo após, a ONU resolveu criar uma comissão para efetuar um estudo dos problemas globais de ambiente e desenvolvimento. Em 1987, essa comissão apresentou o Relatório Brundtland-"Our Common Future" (Nosso Futuro Comum), no qual ressaltava o conceito atribuído ao desenvolvimento sustentável, considerando-o um modelo de desenvolvimento socioeconômico, com justiça social e em harmonia com os sistemas de suporte da vida na Terra. Desta forma, trazendo à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação "ser humano-meio ambiente."

Ao mesmo tempo, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas sim a conciliação entre as questões ambientais e sociais. O documento procurou enfatizar problemas ambientais, como o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio (fenômenos novos para a época) mostrando desta maneira o ponto de origem na investigação sobre Desenvolvimento Sustentável, como observou Aulicinio (2008).

Já em 1992 é realizada a segunda Conferência Ambiental sobre meio Ambiente e desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e promovida pela Conferência das Nações Unidas(ONU). Dentre os inúmeros documentos produzidos no evento (Declaração do Rio, Declaração de Princípios sobre o uso das Florestas, Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção sobre Mudanças Climáticas), destacou-se a Agenda 21, a qual buscava promover o desenvolvimento sustentável (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007).

Foi então proposta a elaboração da Agenda 21, que representa um compromisso das nações em agir, em cooperação e harmonia, na busca do desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 reconhece que os problemas de crescimento demográfico e da pobreza são globais. Para sua solução, devem-se desenvolver programas específicos locais e regionais, porém associados a projetos de meio ambiente e desenvolvimento integrados, com o apoio nacional e internacional.

Ao analisar as práticas cotidianas, se não houver o exercício da conscientização e o reconhecimento da importância do desenvolvimento sustentável, sua complexidade e o inter-relacionamento de seus pilares com as diversas questões ambientais, a geração presente deixará para trás solos pobres, falta de água, atmosfera poluída, enfim, um planeta todo alterado e sujo.

Para evitar que isso ocorra, os estilos de vida das nações ricas e a economia mundial têm de ser reestruturados, visando a preservação do meio ambiente, ainda que questões como essas esbarrem nos interesses de poderosos grupos econômicos

Desta forma, foi sendo prefigurada uma política para a mudança global que tem por finalidade diminuir as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento alicerçadas no uso sensato dos recursos naturais que se configura como Desenvolvimento Sustentável.

Portanto, o discurso do desenvolvimento econômico atualmente se inscreve numa “política de representação” enfim na exposição de bens materiais Escobar (1995), que simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para desta forma assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza.

Mostra assim a necessidade de intervenção nos processos produtivos que se encontram alicerçados na busca incessante da obsolescência programada de seus objetos. Tal temática peregrina o tópico seguinte sendo de grande valia o seu estudo para o entendimento de como o estímulo ao consumismo contribui para o aumento da degradação ambiental.

### **1.3 Produções industriais e obsolescência programada**

Em meados do século XVIII se iniciou na Inglaterra, a Revolução Industrial. Em um sentido mais amplo, refere-se às mudanças técnicas ocorridas nos processos produtivos, ou seja, o desenvolvimento industrial em que os métodos rudimentares e artesãos foram sendo substituídas, ao longo do tempo, por mecanismos considerados mais rápidos e modernos

fornecidos pelas máquinas e ferramentas; com isso a capacidade do homem de intervir na natureza se intensificou e aumentou progressivamente, (ROMEIRO, 2003).

A Revolução Industrial pode ser considerada como um marco significativo na história da humanidade, pois a mesma proporcionou viabilidades nos processos produtivos permitindo a produção em massa através da substituição de produtos manufaturados por maquina faturados, vindo a permitir a fabricação das mercadorias em larga escala e podendo ser comercializadas a preços mais acessíveis á população Moraes (2003). Assim, as pessoas passaram a consumir bens que lhes possibilitassem conforto como a máquina de lavar roupas, louças, dentre outros.

Também foram vistos grandes avanços nos mecanismos têxteis ocasionados pela Revolução Industrial, desta forma os teares passaram a produzir em larga escala, uma maior quantidade de bens produzidos, obtendo-se uma redução dos custos de fabricação, o que ocasiona o barateamento do produto que é repassado para o consumidor final a um valor acessível. Houve, com isso, um aumento na oferta de mercadorias bem como a acessibilidade destes objetos a um grande número de indivíduos e famílias. Logo, certas mercadorias, como o vestuário, deixou de ser um artigo de luxo assumindo a sua real condição de bem necessário ao indivíduo, pois graças aos avanços ocasionados pela revolução dos modos de produção, ele tornou-se permissível às demais camadas sociais.

Ainda de acordo com Moraes (2003), os avanços técnicos proporcionados pela Revolução Industrial, de fato contribuíram massivamente para uma melhor qualidade de vida das pessoas, as mesmas passaram a ter como armazenar seus alimentos em geladeiras não correndo mais o risco destes estragarem. Se as geladeiras já proporcionavam tal benefício, com a invenção dos frízeres, a durabilidade de alimentos perecíveis tornou-se ainda mais prolongada.

Na Revolução Industrial também pode-se observar a revolução dos transportes, que acabaram por assumir uma grande importância na vida socioeconômica das comunidades, pois além de serem utilizados como correio, transporte de passageiros e de mercadorias dentre elas alimentos, que impôs a sua pronta especialização. Além disso, um aumento na fabricação de automóveis serviu como estímulo para a indústria siderúrgica, visto que este processo fabril demanda muito ferro e aço. Logo, se observa a dinamização nos setores econômicos em virtude do processo de modernização dos métodos produtivos.

Outro setor beneficiado com o avanço nos transportes foi o da agricultura, os alimentos produzidos, passaram a chegar em tempo hábil nos centros urbanos, sendo comercializados além do seu local de produção de origem gerando uma maior especialização na produção de acordo com as demandas de cada local de entrega, bem como a conquista de novos mercados. Ainda referente à produção de alimentos, houve um aumento importante no volume, podendo atender um maior contingente populacional. Isso graças à utilização de defensivos agrícolas nas lavouras tornando-se possível amenizar os estragos ocasionados pelas pragas que atacavam as mesmas gerando transtornos aos agricultores.

Não se esquecendo dos novos meios de comunicação tais como: o telegrafo, o rádio e o telefone que permitiram a circulação de notícias tanto do âmbito econômico, político e até mesmo notícias corriqueiras do cotidiano social das comunidades, com isso permitindo aos cidadãos manterem-se informados. Desmistificando o que Hobsbawm (2001) colocava de que a dificuldade ou incerteza das comunicações fazia o mundo maior do que o é.

Outro ponto bastante relevante a ser citado, foi o avanço na medicina através da utilização de equipamentos sofisticados propiciados através de estudos clínicos e dos avanços técnicos procedentes da Revolução Industrial, permitindo melhorias nos instrumentos utilizados nos hospitais. Também os medicamentos, as conquistas nesta área foram acontecendo paulatinamente de acordo aos avanços em pesquisas, assim como também os tecnológicos que acabam por viabilizar tal atividade.

Com isso, as populações passaram a viver mais e com conforto, comodidades, melhorias técnicas advindas destas modificações propiciadas pela Revolução Industrial. Mas, este progresso tem suas vantagens e desvantagens como afirma (BRASIL, 2004).

Ainda em conformidade Dias (2009) elucida que “os processos de industrialização tiveram grandes avanços, mas trouxeram resultados sérios como problemas ambientais que afetam todo o planeta nos dias atuais. Um dos problemas causados pela industrialização é a destinação dos resíduos dos processos produtivos, afetando o meio natural e a saúde humana”. Tal colocação se contrapõe às colocações de Fromm (1976), para ele a era industrial trouxe consigo a promessa de progresso e que o mesmo iria solucionar os problemas dos seres humanos e estes atingiriam a plena felicidade.

No entanto, a contínua luta do homem em busca da dominação da natureza resultou em um aprimoramento tecnológico ou, até mesmo, uma revolução tecnológica, o que implicou em diferentes formas de organizações e modos de vida e trabalho.

O estágio mais avançado deste processo consolidou-se com a sociedade capitalista na qual a industrialização, enquanto forma dominante de produção, ao mesmo tempo em que solucionou alguns problemas relativos ao controle da natureza pelo homem, suscitou outros tantos, resultados do modo pelo qual essa sociedade produz e reproduzem as condições materiais de existência, gênese da desigualdade social que a caracteriza (PIETROCOLLA, 1986, P.37).

Esse processo de industrialização veio ainda mais enfatizar promessas às quais o sistema capitalista preconiza tais como: crescimento econômico, que seria impulsionado pelo aumento da industrialização, e os avanços tecnológicos que proporcionariam conveniências nos processos produtivos estabelecendo vantagens competitivas, produção baseada em torno do tempo, criação de símbolos através das marcas designadas para os produtos.

De acordo Shumpeter (1988), o capitalismo pode ser considerado um processo contínuo e que ao longo dos tempos sofre evoluções, pois possibilita o surgimento de novos bens de consumo tanto duráveis como não duráveis, assim como vários níveis de organizações industriais e de novos mercados. O mesmo ainda afirma que o processo de inovação é estimulado pela concorrência acirrada estabelecida pelo mercado e, em consequência desta ação, provoca-se a obsolescência de estruturas e de bens de consumo.

Diante deste pressuposto, Harvey (1992) afirma que a ideia de durabilidade, qualidade e estocagem, com o capitalismo industrial e a efetividade dos produtos, passou a ser algo transitório.

Tendo-se em vista que o principal objetivo deste sistema é a maximização dos lucros econômicos, as empresas pouco se importam com os danos provocados por suas atividades, pois a concorrência, entre elas leva a uma corrida por mercados e o que lhes assegura isso são as inovações tecnológicas. Por sua vez, estas inovações acontecem em curto espaço de tempo tornando as mercadorias ultrapassadas, estimulando cada vez mais o consumo.

Assim, o capitalismo trata a natureza como uma fonte de matéria prima inesgotável e o mercado como algo solucionador para qualquer problema social, procurando desta forma auferir lucros e crescimento através da incessante reprodução do capital, através da desenfreada produção de mercadorias e consumo. Tendo em vista, Santos (2000, p.34-35) argumenta que:

[...] a conversão do progresso em acumulação capitalista transformou a natureza em mera condição de produção. Os limites desta transformação

começam hoje a serem evidentes e os riscos e perversidades que acarreta alarmantes bem demonstrados nos perigos cada vez mais eminentes de catástrofes ecológicas. Por outro lado, sempre que o capitalismo teve de confrontar-se com as suas endemias crises de acumulação, vê-lo ampliando a mercadorização da vida, estendendo-se a novos bens e serviços e a novas relações sociais e fazendo-se chegar a pontos do bloco até então não integrados na economia mundial. Por outra via, tal processo de expansão e ampliação parece estar a atingir limites inultrapassáveis [...]

O consumo, atualmente não ocorre de acordo com as necessidades das pessoas, mas em função do processo de produção do capital, em que o consumo e destruição se tornaram equivalentes funcionais.

É possível observar que a aquisição de bens de consumo tanto duráveis quanto não duráveis estão sendo adquiridos pelas pessoas não mais pela sua funcionalidade, mas sim por seu período de permanência na atualidade do mercado, ou seja, como neste processo há um incessante avanço tecnológico, os objetos vão sendo substituídos de acordo com o intervalo de tempo que é o de lançamento de outro mais sofisticado, com algum incremento diferenciador em relação ao já existente.

A área que mais instiga tal comportamento nos consumidores, fazendo-os acreditar que estariam excluídos da moda, dos grupos sociais, que são atrasados, de que a atualização de seus bens conforme a modernidade é de extrema necessidade em sua vida, cabe ao marketing. Esta área deve dar sentido á produção, despertando nos consumidores expectativas, desejos e estímulos através da apresentação das mercadorias em propagandas indutoras.

Por outro lado, Shumpeter (1988) coloca que a troca de mercadorias antigas por outras novas, comumente é principiada pelo produtor e não pelos consumidores. Porém, não descarta a ideia de que o ser humano já possui um desejo nato de consumir, pois o mesmo é dotado, por sua natureza, de desejos e, dentre estes, de querer coisas novas, essas que muitas vezes não se encontram destinadas a suprirem necessidades, mas sim desejos, já incorrendo há uma taxa de obsolescência.

Desta maneira, para Baudrillard (1995) o consumismo não se encontra mais vinculado à utilidade do objeto em uso, mas a importância está na exposição para as demais pessoas de seu bem considerado de última geração. O autor destaca que, para o consumista, o próprio ato de consumir incessantemente o distingue das demais pessoas da sociedade, tornando o consumo um diferencial de status.

Propagandas incessantes embutem na mente dos indivíduos como a rotina destes modificaria para melhor se eles comprassem um celular mais novo. Isso porque, nem ao menos, o já existente chega a ficar velho, desgaste de uso ou algo parecido, porém as condições atuais de produção e consumo permitem que ele fique obsoleto.

Atualmente é possível associar neste contexto a durabilidade das mercadorias que não seguem mais a mesma do que os de antigamente, quando as pessoas podiam passar anos utilizando a mesma mercadoria e ela não apresentava defeito. Muito diferentemente dos tempos atuais, em que as mercadorias apresentam defeitos assim que expira o seu prazo de garantia estabelecido pelo fabricante; não tendo mais como afirmar a qualidade das mercadorias atualmente, os estabelecimentos comerciais vendem uma garantia estendida dos produtos, algo muito contraditório quando se observa a resistência das mercadorias de décadas atrás.

Outra característica a ser mencionada referente a apresentação de defeitos nas mercadorias é que a reparação do dano, na maioria das vezes, sai mais caro do que a substituição por outra mercadoria. Em outros momentos, a peça procurada para poder fazer a reparação não é encontrada, desta maneira o consumidor, mesmo que involuntariamente, se encontra tendo que fazer a aquisição de outro utensílio a fim de atender as suas necessidades.

Diante das situações aqui apresentadas, é possível observar o quanto os perfis de consumo vêm mudando. Porém, o mais agravante é que esta variabilidade de padrão de consumo mencionado é insustentável aos ecossistemas, são mutiladores dos bens naturais, enfim, desnecessário à natureza.

Em face deste contexto, pode-se falar sobre obsolescência programada e perceber a sua íntima relação com o modelo capitalista de produção e consumo. Conforme Churchill e Peper (2000, p.42), a obsolescência programada “significa que a empresa cria produtos para que eles não durem, pelo menos não o tanto quanto os compradores gostariam de usá-los.”

Nessa mesma linha Schewe in Smith (1982), coloca que isso é uma estratégia usada pelos empresários que forçam os produtos, em sua linha de produção, a se tornarem desatualizados como forma de aumentar o mercado de reposição. Os autores ainda observam que a obsolescência programada existe em quatro formas: A técnica, que corresponde a um melhoramento tecnológico; a adiada, que se encontra relacionada ao fato de que a empresa retarda a atualização do produto como estratégia de se manter o estoque dos produtos ainda em demanda; a de estilo, direciona sua atenção às modificações da aparência do produto, alterando-as de forma que os modelos anteriores sejam dados como ultrapassados ;e a física, que constitui

um processo em que já se é planejado taticamente pelos fabricantes fazerem produtos que tenham um prazo máximo de funcionalidade, ou seja, já são elaborados para darem defeitos dentro do prazo estipulado.

Portanto, a obsolescência é um forte mecanismo utilizado pelos empresários que alimentam, através desta estratégia, a cultura do consumo. Estimula a desatualização das mercadorias colabora para com o aumento de lixo no meio natural, contribuindo diretamente para o agravamento das catástrofes naturais, extinção de espécies, tanto da flora quanto da fauna, e a redução cada vez maior da própria fonte de recursos de matérias-primas demandadas pelas indústrias. Logo percebe-se que a alimentação desta cultura de consumo põe em risco a própria existência do homem, pois a perpetuação deste modelo pode levar o mundo ao colapso.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

Em face às considerações apresentadas no que configura desenvolvimento sustentável, e como ele começou a ser abordado, é de grande relevância mencionar que a abrangência do assunto, ao que se refere à conscientização da sociedade, adoção e o exercício de práticas sustentáveis por parte dos mesmos, ficam também a cargo das responsabilidades públicas, que através de formulações de políticas públicas, pode estar inserindo o desenvolvimento local a este “novo” modelo de desenvolvimento. Logo, esse capítulo tem por objetivo apresentar como as políticas públicas ambientais atuam em face do Desenvolvimento Sustentável. Contudo, é de fundamental importância o entendimento do que é política pública.

Política pública pode ser compreendida como sendo a ação do ente público (Estado) no sentido de atingir determinado objetivo socialmente desejado. Apesar de o termo política, por si só, significar – desde sua origem grega – a ação do governo da sociedade (ou da Polis) com objetivo do bem comum (Aristóteles 2009), atualmente agrega-se o adjetivo “pública” com o intuito de diferenciar a dita ação, das ações que podem ocorrer tanto no âmbito privado (da família), quanto das empresas privadas.

Dentre as várias definições, Vianna Junior *apud* Vallejo (2003) entende política pública como:

[...] uma ação planejada do governo que visa, por meio de diversos processos, atingirem alguma finalidade, esta definição, agregando diferentes ações governamentais introduz a ideia de planejamento, de ações coordenadas. (VIANNA JUNIOR, *apud* VALLEJO, 2003, p.16).

Nessa mesma perspectiva, Abreu (1993) *apud* Vieira e Bredariol (1998, p.78) afirma que, políticas públicas são mediações “político-institucionais das inter-relações entre os diversos atores presentes no processo histórico-sociais em suas múltiplas dimensões (econômica, política, cultura etc.) e são implementadas pelos atores políticos através de instituições públicas.” Por instituições, é importante entender que são regras formais e informais que podem influenciar no comportamento e modo de pensar comumente generalizado. E que uma instituição não é apenas uma organização ou um espaço físico como, por exemplo; uma escola, um sindicato, dentre outros. Mas, a instituição é um padrão organizado de um

comportamento grupal bem estabelecido e aceito como parte fundamental de uma cultura, o qual se inclui hábitos, costumes sociais, leis, modos de pensar e formas de vida.

Assim, a política pública, como principal instrumento executor e disseminador das práticas do desenvolvimento sustentável, tem também a função de explicar o modelo aos demais órgãos sociais, enquanto a sua funcionalidade e aplicabilidade, como fator determinante para uma possível solução às questões de degradação e exaustão dos recursos naturais. Mas para tanto, faz-se necessário formulações de políticas públicas que, pela sua definição, entenda um conjunto de ações e programações desenvolvidas pelo Estado, com a participação de entidades públicas ou privadas, que visam assegurar determinado direito de cidadania a um seguimento seja ele cultural, social, étnico, econômico.

Buscando atender o objetivo da pesquisa, o presente capítulo se subdivide da seguinte forma: O Escopo da política pública ambiental e a ideia de desenvolvimento sustentável; O Papel do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável; e As Políticas Públicas e desenvolvimento sustentável no município de Vitória da Conquista.

Referente ao conteúdo explorado no primeiro tópico, consiste em fazer uma prévia orientação de como se deu as primeiras formulações de políticas públicas direcionadas às questões ambientais visando, desta forma, uma melhor compreensão deste instrumento legal.

No entanto, é no segundo tópico que os instrumentos políticos ambientais vão ser mais bem explorados, pois demonstrará como é a atuação do Estado, sua aplicabilidade, visando a promoção do desenvolvimento sustentável.

Mas é no terceiro tópico que centra-se o real intento da pesquisa que é a apresentação das políticas adotadas no município de Vitória da Conquista que possivelmente possam estar atendendo aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e contribuindo para a sua propagação.

É pertinente lembrar das colocações do capítulo anterior a respeito do que se configura como desenvolvimento sustentável para assim obter uma melhor compreensão de como as políticas públicas podem contribuir para a efetividade do mesmo nas comunidades.

## **2.1 Escopo das políticas públicas ambientais e a ideia de desenvolvimento sustentável**

A partir da segunda metade do século XX foi possível observar a evolução das políticas ambientais em nível global diante de vários acontecimentos internacionais, cujo foco central

era a discussão de medidas que interferissem na maneira como os indivíduos estavam lidando com o meio ambiente. A forma como a natureza estava sendo explorada tornaria a regeneração destes bens algo impossível de se alcançar agindo assim, o homem estava por extinguir a sua fonte de matéria prima, sem mencionar outras externalidades negativas que não afetam somente a saúde da natureza, mas também a do próprio homem.

Desta forma, Bidermam et al. (2004) alega que: “Conforme as teorias econômicas, um dos principais motivos da degradação ambiental é o fato de que o meio ambiente prover de recursos, bens e serviços que são de propriedade comum e, por isso, são explorados a exaustão, pois há inexistência de direitos de propriedade, não induz os indivíduos a manutenção nem conservação, pois não são eles os proprietários”.

Tal situação pode ser considerada como o ponto de partida para a formulação de políticas ambientais no Brasil, onde, a partir da década de 1930, pôde ser observada a sua evolução graças às demandas dos processos de industrialização e urbanização. Ainda neste período, de acordo Magrini (2001), houve a construção de três formas de lidar até então com as questões ambientais, quais sejam: corretiva (preponderante nos anos 1970), a preventiva com (início em 1980); e a integradora, cujo marco se deu em (1990). Ambas as ações serviram como alicerce para formular até mesmo as políticas públicas atuais.

Segundo as colocações de Peccatiello (2011), as políticas ambientais no Brasil foram desenvolvidas também em resposta às exigências do movimento internacional ambientalista iniciado a partir da segunda metade do século XX. Durante a década de 1960, foram criadas instituições e legislações designadas especificamente para as demandas ambientais às quais foram concentradas nas quatro últimas décadas do século XX. Dessas orientações, é perceptível que as pressões e influências internacionais podem ser consideradas um dos fatores mais preponderantes para as iniciativas de criação de políticas públicas ambientais no Brasil.

No entanto, é importante retificar que até o ano da Conferência de Estocolmo, ainda não havia se quer alguma política ambiental no país, mas sim princípios, que acabaram na formulação delas. As iniciativas políticas estavam mais voltadas há resolução de questões como: saneamento básico, educação sanitária, e o desbravamento do território. Nesta época, ainda não havia um órgão centralizador para o atendimento destas necessidades de cunho ambiental tanto referente à assistência estadual, quanto municipal.

Na sua dimensão social e econômica, Peccatiello (2011) menciona que ainda neste período, estava havendo no Brasil um forte investimento tanto público quanto privado em

indústrias de transformação, que por sua vez acabou por viabilizar ainda mais o processo de industrialização no país, provocando a redefinição do modelo de desenvolvimento no país. No entanto, no final da década de 1960 as poluições geradas pelas fábricas passaram a ser motivo de preocupação para sociedade, isso só após o homem ter começado a sentir os efeitos negativos desta problemática em sua própria saúde.

Partindo dessa premissa, Peccatiello (2011) indaga que existe uma relação direta entre problemática ambiental e políticas públicas, pois as necessidades sociais demandam intervenções político-administrativas as quais são realizáveis através de um aparato legal em consonância, e através, de políticas públicas. É válido mencionar que estas demandas configuram-se como socioambientais, determinando mudanças contextualizadas com tempo e no espaço. Para tanto é de fundamental importância entender o que hoje pode se chamar de política ambiental brasileira, assim como se deu seu processo evolutivo.

É a partir dessas observações que Monosowski (1989) admite identificar quatro abordagens básicas nas políticas ambientais brasileiras até o ano de 1988: a administração dos recursos naturais; o controle da poluição industrial; o planejamento territorial; e a gestão integrada dos recursos. Essa categorização tem por finalidade identificar os principais objetivos e características de cada estratégia adotada em cada política ambiental atrelada à sua evolução histórica.

No tocante à administração dos recursos naturais, a mesma caracteriza-se pela regulamentação da apropriação dos recursos naturais em âmbito nacional. Pode-se dizer que tal feito foi iniciado a partir de 1930, devido às necessidades demandadas do processo de industrialização e urbanização que demasiadamente e gradativamente acabavam por apossar dos recursos naturais sem preocupação com o habitat natural. É importante destacar que neste período foi criada boa parte dos instrumentos legais que dariam suporte à criação de áreas protegidas no Brasil, já que, desde a instituição da república em 1889, esta questão vinha sendo tratada com imobilismo quase total (MEDEIROS, 2006).

Referente ao controle da poluição industrial, tal estratégia ganhou força a partir da década de 1970. Porém, segundo Peccatiello (2011), nesta ocasião, o Brasil se posicionou pouco disposto a priorizar o meio ambiente em suas ações governamentais, já que estas realizações entrariam em conflito com o objetivo central e imediato de crescimento econômico algo que pode ser confirmado com o posicionamento do Brasil diante as recomendações propostas pela

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, sendo que a mesma teve como suporte os dados abordados pelo Clube de Roma.

Dada a observação acima, convém ressaltar que o Brasil se opôs a assumir os compromissos lançados concernentes às questões ambientais, pois para os governantes desta nação na época, o crescimento econômico não deveria estar atrelado e muito menos deveria ser sacrificado por um ambiente dito como mais puro. Os governantes da nação até que reconheceram as problemáticas ambientais, mas, estes partiam da ideia de que os países do ter primeiro mundo é que deveriam arcar com os esforços desta “preservação”.

Em face a este contexto, foi criada em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Sob coordenação do Ministério do Interior, este órgão é especializado em assuntos ambientais. A SEMA se encarrega de buscar o avanço das legislações ambientais, e aos assuntos concernentes à produção de detergentes biodegradáveis, a definição de áreas extremamente poluídas e a criação de reservas de conservação ambiental.

Entretanto, havia um descompasso entre o modelo proposto pela SEMA e o dos órgãos estaduais devido ao seu caráter descentralizador. Mas durante a década de 1970 foram instauradas as abordagens estratégicas de planejamento territorial. Este período é marcado por uma intensa urbanização e um crescimento descompassado de regiões metropolitanas. Tendo em vista esta situação, percebe-se a necessidade de um ordenamento territorial, utilizando-o como instrumento político, visando, desta forma, minimizar os danos ocasionados ao meio ambiente como observou Peccatiello (2011).

Em contraponto, Monosowski (1989) ressalta que as políticas ambientais, nesta abordagem, continuam urbanas, permanecendo o espaço rural fora de qualquer controle, para que seus recursos se prestem às formas de apropriação mais rentáveis em curto prazo. Verifica-se assim a não totalidade na contemplação das políticas ambientais, pois diante o exposto, é possível identificar que tais políticas restringem o seu direcionamento à área urbana, pois considera que esta provoca danos mais sérios de forma que desconsidera a área rural como se estas não fizessem utilização dos recursos da natureza. Outro ponto a ser questionados é que as políticas ambientais são de médio e longo prazo dado às especificações as quais elas são destinadas que demandam esta durabilidade.

A fase de gestão e integração de recursos se inicia em 1981. Neste período foram criadas a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº6. 938 de 31/08/81) cujos objetivos são a elaboração das políticas ambientais, bem como a coordenação das atividades governamentais

levantadas relacionadas ao meio ambiente. Referente à Lei mencionada, a mesma trouxe inovações institucionais como: a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), além de órgãos executivos que se ocupam com a gestão do meio ambiente (PECCATIELLO, 2011).

Pode -se perceber como ponto estratégico dessas políticas a responsabilização do Estado para com as degradações ambientais. Outro ponto importante é a utilização de instrumentos que melhor direcionam e que, de certa forma, viabilizam a aplicação destas políticas como, por exemplo, análises dos impactos ambientais que foram causados e que podem ser causados; o zoneamento ambiental; e as punições disciplinares ou compensatórias para aqueles que não seguirem o cumprimento das medidas viáveis para a preservação do meio ambiente.

Todavia é possível observar que, as políticas ambientais, mantêm um caráter conservacionista e não priorizam a questão ambiental de forma mais abrangente, em nível global, ao invés disso, tentam restringir algumas ações procurando amenizar algumas consequências ocasionadas pelo crescimento econômico e o avanço da modernidade (MONOSOWSKI, 1989).

No entanto, é necessário que as políticas públicas ambientais também tenham a participação da sociedade, pois, não é possível se atingir o objetivo da sustentabilidade sem consenso entre os atores sociais.

Portanto, a busca pelo desenvolvimento equitativo, economicamente eficiente e politicamente viável, deve incluir todos os setores da sociedade, levando em conta ao menos três parâmetros: educação, gestão participativa e diálogo entre as partes envolvidas.

É no final dos anos 1980 que começam os preparativos para a constituinte, diante de um quadro de má condições urbano-ambientais, agravadas cada vez mais devido os reflexos das disparidades sociais. Em 1988, é proclamada a nova Constituição com vários capítulos referentes às questões ambientais possuindo aspectos que aumentam as responsabilidades dos municípios para com as demandas urbano-ambientais, tornando-se imprescindível a criação de um plano diretor para as cidades com mais de 20.000 habitantes PECCATIELLO (2011).

Tal realização contribui ferrenhamente para o fortalecimento dos movimentos ambientalistas que, apesar de suas iniciativas terem surgido desde os anos 1950, a sua representatividade se deu nos anos 1970, os quais Little (2003) agrupa em três principais que são: conservacionista (focalizada na proteção da biodiversidade); estadista (focalizada no

controle da poluição); e sócio ambientalista, mais recente, com a proposta de efetuar reivindicações políticas e sociais conjugadas às demandas ambientais.

Tendo se em vista todos estes acontecimentos, surge a necessidade de se discutir a redefinição da pauta da política ambiental tanto em nível nacional quanto internacional, o que resultou na elaboração do Relatório Bruntland, em 1987, cuja principal ideia consistia no Desenvolvimento Sustentável como meta a ser atingida por todas as nações.

Entretanto, a busca por um desenvolvimento que põe em pauta as questões ambientais demanda a reestruturação dos órgãos públicos confiados aos assuntos ambientais, e como consequência houve a unificação em apenas um órgão federal, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA (Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989) SOUSA (2005).

Mas, as discussões em torno das problemáticas ambientais ganharam mais ênfase em 1992, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Para Sousa (2005, p.7), “esse evento significou para o Brasil ter que enfrentar a crise ambiental e ao mesmo tempo retomar o desenvolvimento, fortalecendo a democracia e a estabilidade da economia.”

Esta Conferência foi de fundamental importância, pois nela foram assinados acordos ambientais que se encontram em vigência até os dias de hoje como, a exemplo, Agenda 21, onde são estabelecidos compromissos e intenções para a melhoria e também para a conservação ambiental, sem mencionar os dos envolvimento sociais e econômicos que visam a conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento sustentável. Logo, a conferência se constitui como importante instrumento balizador na formulação de políticas de cunho ambientalmente sustentáveis.

Em 1998, outro instrumento político de cunho fortemente jurídico foi a elaboração e promulgação da Lei dos Crimes Ambientais, a qual veio dar suporte aos órgãos ambientais conferindo garantia e agilidade na precisão dos crimes ambientais.

Conclui-se que as políticas ambientais brasileiras se desenvolveram tardiamente, se comparado com as de outros setores da mesma sociedade. E que os anseios políticos de desenvolvimento econômico, bem como a ação corretiva constituindo principal método de elaboração de suas políticas ambientais, e não a ação integradora, pode ser considerada como os principais entraves à sustentabilidade em seu modelo de desenvolvimento socioeconômico.

É importante lembrar que as contribuições das políticas públicas ambientais serão destrinchadas no próximo tópico, visando o entendimento e sua contribuição para uma melhor relação da sociedade para com os recursos ambientais mediante intervenção estatal.

## **2.2 Papel do Estado na promoção do Desenvolvimento Sustentável**

Pensar a questão político ambiental no Brasil significa mais que um exercício de erudição histórica, pois remotas são as manifestações reflexivas tendo em vista que as primeiras antecedem qualquer documento escrito e se confundem com o ato histórico de exploração europeia deste espaço, Pádua (1987). A ação dilapidadora e mercantilista na busca de expansão do comércio via nesse local uma imensa fonte de extração de novas riquezas, alvo do estabelecimento de novos monopólios que satisfiziam os mercadores. Assim a imagem paisagística exótica não era tão cultuada a ponto de ser apenas prestigiada.

Na mesma direção, Moraes (2003), relata que, dadas estas condições, o Brasil foi condicionado à colônia de exploração. Desta forma, seus recursos naturais eram extraídos excessivamente e continuamente para abastecer os mercados europeus.

No entanto, mesmo se passando um vasto período e o país tornando-se uma nação independente, a maneira com a qual se tratam os recursos ambientais pouco se diferenciaram.

Assim, a forma inapropriada com a qual os povos lidavam com os recursos não renováveis foram se intensificando cada vez mais com o aprimoramento das técnicas de produção e ocupação de novos espaços e conquista de novos territórios. Para tanto, a problemática ambiental, compreendida como produto da intervenção do homem sobre a natureza, ocasionou danos sociais em esfera global Rodrigues (1998).

A partir de então passa a existir a necessidade de se conter, através de uma gestão normativa, a forma inadequada com a qual o homem estava lidando com a natureza. A elaboração de políticas públicas foi o principal instrumento interventor para se contornar as mazelas provocadas ao meio ambiente.

É a partir dessas observações que Silva (2005) afirma que o desenvolvimento sustentável nada mais é que um processo de transformação que visa beneficiar a sociedade e que o mesmo deve ser regulamentado por instituições, abrangendo os campos da economia, espaço, educação, cultura e meio ambiente.

Tomando como base as dimensões norteadoras do conceito de desenvolvimento sustentável, a Constituição brasileira de 1988 assegura especificamente no artigo Art. 225 que: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações Machado (2003).

Tendo tais pressupostos como perspectiva, se subentende-se que o desenvolvimento sustentável se encontra consubstanciado na Constituição deixando a entender e impondo-se como um direito fundamental e finalidade do Estado, Bobbio (1989). Através dessa observação, é possível concluir que a formulação e execução de políticas públicas que assegure a integridade dos bens naturais e impeça ações que degradem o meio ambiente como, por exemplo, a poluição do ar de rios, e dos espaços se fundamenta como dever do Estado.

Divergindo desta proposição, os economistas neoclássicos seguidores de Pigou acreditavam que o problema da poluição era ocasionado em virtude de uma falha de ajuste de mercado Pádua (1987).

No entanto, diferentemente dos neoclássicos, os ecodesenvolvimentistas acreditam que o mercado não consegue solucionar as demandas ocasionadas pela degradação da natureza, pois o modo de consumo do sistema capitalista exige que mais recursos sejam extraídos para atender o processo de produção em larga escala. Vale lembrar, como mencionado no primeiro capítulo dessa monografia que, para atender as necessidades de constante acumulação de capital e continuidade do processo de crescimento das empresas capitalistas, verifica-se hoje bastante disseminada a prática dos vários tipos de obsolescência programada. Essa prática nada tem a ver com a sofisticação das necessidades humanas, mas tão somente à necessidade das empresas capitalistas em garantir novas vendas.

A partir daí Pádua (1987) considera que a poluição é um subproduto do padrão de desenvolvimento vigente.

Antunes (2008) e Machado (2003) mencionam que é de competência do Estado assegurar a proteção ambiental conforme os artigos 23 e 24 da Lei Fundamental da República. No artigo 24 confere ao Estado, à competência própria podendo assim os mesmos legislar concorrentemente em relação às florestas, caça, pesca conservação da natureza, proteção do meio ambiente, controle da poluição, defesa do solo; como também zelar do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Logo, subentende-se que a execução de tais ações por parte do Estado, garantidas pela Constituição em vigor perante a sociedade brasileira configura-se como intenções que podem sim, estarem contribuindo para a difusão do modelo de desenvolvimento sustentável nas comunidades da nação, lembrando que tal atribuição deve estar atrelada à sua efetiva aplicabilidade no que se refere a essa questão.

É importante lembrar que as bases consensuais do desenvolvimento sustentável se encontram expressa no já mencionado Relatório Brundtland. Porém, em torno destas bases consensuais existem interesses e disputas teórico-políticos no que diz respeito às variáveis em jogo, assim, por sua vez, acabam por afetar os mecanismos alocativos, de implementação como também a conduta das políticas que possivelmente possam estar favorecendo a promoção do desenvolvimento sustentável.

É válido mencionar que a sustentabilidade ocorre em três categorias de acordo Viola e Leis (1991), são elas: estatista, comunitária, e de mercado. Sendo a estatista a de principal interesse do estudo em questão.

A versão estatista considera, primariamente, que a qualidade ambiental se constitui como um bem público e que a garantia de resguardá-la ocorre mediante intervenções normativas e administrativas, reguladora e promotora que cabe essencialmente ao Estado tal vinculação (Viola e Leis *apud* Daly and Coob, 1989; Pearce and Tuner, 1990). Os principais mecanismos utilizados neste setor são as políticas de comando e controle. Para (Antunes 2008), são: estabelecimento de padrões de qualidade ambiental; avaliação dos impactos ambientais; licenciamento e a revisão de atividades efetivas potencialmente poluidoras e penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

Dessa orientação, para Amaral (2001), os mecanismos citados acima se constituem como, estratégias de gestão ambiental. Na sua dimensão social, Floriano (2007), relata que se fundamentam em um conjunto de normas e regulamentos estabelecidos pelo governo cujo objetivo principal é influenciar na ação do agente causador da má utilização do recurso natural indicando-lhe padrões a serem cumpridos, bem como, mostrando formas de conter os impactos causados. O autor afirma que estes mecanismos conferem vantagens, pois possibilita ter certeza sobre a emissão final como também contribui com certa flexibilidade no controle de fenômenos de caráter complexo, além da capacidade de controlar os impactos ocasionados ao meio ambiente.

Entretanto, o autor ainda ratifica que existem também desvantagens, considerando que em muitos dos casos o regulador depende de informações sobre emissões, tecnologias e os custos envolvidos mostrando, assim, nenhum incentivo ao indivíduo que abusa dos recursos naturais no que se refere uma melhoria contínua.

É relevante mencionar que a fiscalização, monitoramento, gestão dos resíduos sólidos, educação ambiental, compete também ao Estado, que deve executar tais intervenções políticas e fica a cargo dos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal enfim das instâncias que compõe o Sistema Nacional do Meio Ambiente- SISNAMA, tais medidas.

Convém observar que a importância dada ao Estado como agente promotor do desenvolvimento ambientalmente sustentável, até então apresentada neste estudo, fica oculta ao se voltar o olhar à conjectura social e econômica vigente, que tem por finalidade maior o ideário de mercado. Ideários estes que se encontram pautados na ampliação da produção de mercadorias e o consumo das mesmas.

Em consequência à expansão do sistema produtivo, subverte a qualidade do produto, tornando o tempo de vida útil cada vez menor, ou seja, a estratégica é fazer disto a necessidade de reposição ágil de novos produtos garantindo assim margens de lucros maiores (Conceição2004).

É nesse sentido que se pode considerar a obsolescência programada como um dos principais meios de aumento da quantidade de lixos descartados na natureza de forma indevida. Logo, é possível entender que o mercado não é capaz de solucionar as demandas ambientais nem das gerações presentes e, conseqüentemente, das gerações futuras, pois ele dilapida o meio ambiente a mediada em que atribuiu à mercadoria um valor de uso e de troca (RODRIGUES 1998, p. 46). Paralelamente é pertinente mencionar que o mercado, mesmo com o avanço de seus processos produtivos, ainda não solucionou as necessidades de massas de famintos e empobrecidos no processo de produção, mas por sua vez, em nome do progresso do desenvolvimento econômico, conseguiu expropriar comunidades de seu espaço de vivência e de suas condições tradicionais de vida.

Como bem observou Rodrigues (1998, p. 47), no século atual vivenciam-se os pressupostos do pensamento neoliberal e do processo de acumulação de capitais, assim como a flexibilidade dos processos de trabalho, produção e consumo, com isso reafirmando a ideia de um Estado mínimo ou parcialmente nulo, pois os neoliberais consideram que a regulação da sociedade (não só da economia) se dá no mercado.

Dessa orientação, extrai-se o entendimento de que o mercado é incapaz de solucionar as questões de degradação ambiental tendo em vista que não corresponde aos seus ensejos, pois a forma em que se apresenta perante a sociedade, buscando primariamente a maximização de lucros, torna o dilapidador incessante da natureza com a sua forma de produção e sem nenhuma preocupação social, porque até então não conseguiu solucionar questões de necessidade básica para as populações, mas, aumentou as disparidades sociais, econômicas e ambientais.

Nessa perspectiva, Rodrigues (1998, p.48) salienta uma outra ineficiência do neoliberalismo, no que tange às questões sociais, por exemplo, das privatizações de serviços públicos por parte do mercado, correspondendo à ideia de regulador social e demonstra, desta forma, a sua inoperância e exclusão. E ainda a incapacidade de atender os pilares do desenvolvimento ambientalmente sustentável de equidade social, econômica e ambiental.

Na prática, o mercado se mostra inábil ao não promover mudanças paradigmáticas de cunho socioambiental, pois o máximo que leva em consideração é a moda e mesmo que o empresário viesse a investir em tecnologias com a finalidade de mediar a problemática ambiental, este seria guiado pelas forças de mercado, com isso não atenderia toda a população.

Portanto, é necessário descaracterizar o Estado da figura de árbitro dos conflitos e de que a sua presença é prejudicial às questões sociais e econômicas, pois a solução de mercado pretendida pelo neoliberalismo é a privatização, logo os direitos transformaram-se em serviços, não se havendo mais a coletividade nem a ideia de bem comum, como é apregoada aos bens naturais. Nesse sentido, o Desenvolvimento Sustentável não passará mesmo de uma utopia.

Resguardada as especificidades apontadas, faz-se necessário o entendimento de que as produções e transformações ocorrem dentro do Estado e que este não serve meramente para delimitar seu território, mas também às formas de organização societária. Para os keynesianos, ele não é apenas necessário, como tem que ser forte e racional para controlar a economia bem como a promoção da igualdade social (RODRIGUES 1998, p. 42).

Dada as suas atribuições de regulador, provedor social, e mediador econômico, o Estado possui fortemente mecanismos que contribuem para o exercício de práticas ambientalmente sustentáveis.

### **2.3 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável no Município de Vitória da Conquista - BA**

Convergindo a atenção ao município de Vitória da Conquista, o mesmo se encontra localizado na região centro-sul da Bahia, possui um bioma cuja predominância é a caatinga e a mata atlântica, cuja região tem características ambientais peculiares onde a diversidade de clima, vegetação e tipos de solos e relevo possibilitam oportunidades para a economia (AGENDA 21- PMVC, 2004).

Ao mesmo tempo, tanta diversidade ambiental demanda uma gestão normativa destes recursos a partir de políticas públicas, como forma de intervir e mediar as ações do homem na apropriação dos bens naturais que muitas vezes ocasionam impactos negativos com a utilização indevida de espaços naturais e a forma intensiva de uso destes nos processos de urbanização e industrialização.

Para Araújo (2007), o processo de urbanização provoca desequilíbrios ambientais como a concentração de poluentes, o uso indevido do solo, abertura de estradas em locais indevidos destruindo a paisagem natural existente, escoamento de esgotos para rios, presentes dentre outra série de fatores que contribuem com a degradação do meio ambiente.

Diante do que foi relatado, não diferentemente de outros lugares, Vitória da Conquista vem sofrendo também com a ação antrópica para com os bens naturais existentes como forma de melhor direcionar as políticas públicas que atendam as demandas sociais em consonância com as propostas do desenvolvimento sustentável. O município de Vitória da Conquista buscou a elaboração da Agenda 21 que foi constituída para ser a linha de frente na elaboração de propostas sustentáveis a serem executadas em âmbito local, consonantes com a agenda 21 estadual, nacional e global (AGENDA 21-PMVC, 2007).

A primeira agenda foi montada em 2004, em que consta a apresentação conjuntural da cidade trazendo todo um levantamento econômico, social, cultural e seus aspectos físicos, além de dados estatísticos que compuseram o delineamento de propostas para o Desenvolvimento Sustentável. Desta forma, ela vem demonstrar os cenários para o Desenvolvimento Sustentável através da projeção de Cenários Futuros uma metodologia de planejamento que permite projetar os caminhos a serem seguidos e as possibilidades de desenvolvimento que melhor se aplicam de acordo com a região e suas características (AGENDA 21-PMVC, 2004).

Mas é no segundo volume, que foi lançado em 2007, intitulado de A Conquista do Futuro, que constam as propostas dos projetos com as suas estratégias de execução com vistas

ao desenvolvimento sustentável no município. Ela se firma diante a sociedade civil como um verdadeiro contrato, inserindo regras de desenvolvimento socioeconômico que levam em consideração as limitações e potencialidades ambientais do município.

Ao que tange a construção deste contrato é pertinente dizer que houve a participação direta da comunidade conquistense em sua elaboração: os participantes foram divididos por grupos de trabalhos de acordo com a sua afinidade. Os grupos foram: gestão dos recursos naturais; desenvolvimento rural sustentável; infraestrutura e integração regional; cidade sustentável; ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável; redução da desigualdade social (AGENDA 21-PMVC, 2007).

O resultado das discussões feitas por estes grupos resultaram nas propostas dos projetos que compõem a estrutura do segundo volume da agenda 21 local. Os temas selecionados foram: água, desenvolvimento rural sustentável, educação, controle social e fortalecimento institucional, industrialização, infraestrutura, e serviços públicos, perspectivas florestais, políticas públicas para a redução das desigualdades sociais, segurança e Serra do Periperi.

É importante mencionar que, para cada tema acima, foi realizada uma audiência pública cumprindo o propósito de decidir, conjuntamente com a população, as lacunas existentes com o fim de organizá-las em um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, com isso indicando a direção a ser seguida pelo Município, tendo em vista a interação com o meio ambiente de forma a envolver os cidadãos como atores no propósito de desenvolvimento. Alguns destes projetos serão mencionados no estudo em questão, pois constituem com, objetivo da pesquisa. Porém é de suma importância mencionar que consistem em propostas de projetos de políticas públicas que compõem a Agenda 21 local.

Na audiência sobre a água foram apresentadas as propostas de políticas tendo como ações a criação de um Conselho Gestor da Água, que tem por finalidade as articulações com as instituições competentes de mecanismos voltados à preservação e à utilização de forma racional deste recurso, além da promoção de uma integração intermunicipal, por meio de um consórcio, para a implementação da mesma. Outras ações foram mencionadas, tendo como propósito o estabelecimento de diretrizes para uma gestão integrada dos recursos hídricos e sua preservação, assegurando a quantidade e qualidade da água para seus variados usos de forma sustentável (AGENDA 21- PMVC, 2007, p. 26).

Em consonância com os projetos da Agenda 21 local, ( p. 37) é pertinente mencionar o enfoque no desenvolvimento rural sustentável que, dentre as suas ações, destaca-se o incentivo

a utilização e produção de fontes de energia alternativa renovável através da utilização de biodigestor, mamonas, eucalipto, mandioca, álcool vegetal tendo por intenção estimular o desenvolvimento rural sustentável através de políticas públicas bem direcionadas e apoio institucional visando, com isso, melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Ainda em conformidade com a AGENDA 21 local, referente às propostas de políticas direcionadas a sustentabilidade ambiental. Foram também apresentadas as perspectivas florestais, através das ações formuladas para o atendimento, por exemplo, da realização do zoneamento ambiental do município para definir ações de manejo, manutenção e recuperação da vegetação, identificando as espécies nativas e as exóticas ecologicamente adaptadas para cada região. Logo o estabelecimento destas diretrizes procura alcançar o manejo sustentável assim como a gestão integrada dos recursos florestais atendendo as demandas que se definem como qualidade de vida e também a abertura de novas alternativas econômicas.

Na mesma direção, a AGENDA 21 local apresenta as propostas relacionadas à infraestrutura e os serviços públicos, como a ação voltada à ampliação da coleta seletiva dos resíduos no município. A principal intenção consiste em aperfeiçoar a infraestrutura e a sua manutenção com práticas sustentáveis tanto ambientais quanto econômica.

No que confere os serviços prestados à comunidade que viabilizam a execução de práticas sustentáveis, ainda podem ser citados, segundo a SEMMA de Vitória da Conquista, os serviços de: eletrotroca, que consiste em sensibilizar a comunidade em trocar eletrodomésticos descartados como, por exemplo; pilhas, baterias velhas, computadores, impressoras, dentre outros, por mudas de plantas. Merece destaque também o serviço de licenciamento, ambiental o mesmo só é concedido mediante a análise de técnicos da SEMMA do projeto a ser implantado. Nesta mesma linha de recuperação e manutenção do meio ambiente a secretaria faz a distribuição de mudas mediante solicitação ao herbário do município.

Outro serviço prestado à comunidade procura resguardar as espécies de plantas já existentes, assim atendo os pressupostos do desenvolvimento sustentável é o de podas o qual é fornecido à comunidade mediante contrato firmado com a SEMMA.

No contexto em que se configura esta pesquisa é válido mencionar os projetos executados pela organização política do município consonante com a SEMMA que são: cidade verde, que busca a manutenção e a melhoria de espaços verdes já existentes na cidade; restaurações de praças e a revitalização do aspecto paisagístico e a iluminação, propiciando com isso a promoção de atividades recreativas e físicas neste espaço; florestas urbanas, o intento

deste projeto é fazer um levantamento das espécies arbóreas que se encontram no cenário urbano a fim de se montar um catálogo recuperando a valorização destas espécies através da promoção do conhecimento e o não uso de agrotóxicos em hortaliças cultivadas no bairro Lagoa das Flores, cuja intenção deste projeto é a eliminação paulatinamente da utilização de agrotóxicos nas lavouras de hortaliças ali produzidas.

Merece destaque ainda os eventos promovidos através SEMMA como: brincando na Lagoa que é efetuado para se comemorar o dia das crianças e com isso sensibilizar a população da importância da preservação do meio ambiente através de atividades como o ciclismo, caminhada ecológica, oficina de brinquedos com materiais recicláveis, além da exposição de materiais produzidos pelo Módulo de Educação Ambiental que integra a SEMMA no município. Outro evento realizado é a Semana do Meio Ambiente proporcionando à população a exposição de materiais informativos sobre as questões ambientais instigando, desta forma, as reflexões de como as pessoas estão lidando com o meio ambiente.

Portanto, conforme elencado nos tópicos acima e com a solidificação das citações das literaturas citadas neste trabalho, é possível entender que as políticas públicas ambientais são instrumentos interventores e mediadores que podem, a médio e longo prazo ser o canal de ascensão de práticas sustentáveis.

Desse modo, neste capítulo foram apresentadas informações de grande valia à avaliação desta pesquisa. Por conseguinte é importante o entendimento do que se trata o Desenvolvimento Sustentável apresentado no primeiro capítulo para averiguar se as políticas públicas ambientais estão atendendo os preceitos da sustentabilidade econômica, social, ambiental, que se caracterizam como objeto de análise da próxima abordagem.

### **3 A CORROBORAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

O capítulo em questão é composto pelas intenções comparativas das premissas sobre desenvolvimento sustentável que estão presentes no primeiro capítulo - Desenvolvimento Sustentável. Seguindo a metodologia assumida na pesquisa busca-se com isso fazer a corroboração destas premissas com o estudo levantado sobre as políticas públicas ambientais que constam no segundo capítulo- Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, visando atender o objetivo metodológico de averiguar se realmente as políticas públicas ambientais estão contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável em Vitória da Conquista.

Contudo, é necessária a reflexão levantada sobre o anseio histórico e evolutivo a respeito do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Em seguida, a partir do estudo realizado sobre as políticas públicas ambientais, é possível consubstanciar a investigação se realmente as que são adotadas em Vitória da Conquista estão ajudando na disseminação do desenvolvimento sustentável em sua comunidade.

#### **3.1 Reflexões conceituais**

A viabilidade da existência humana se deve a sua intervenção sobre a natureza, pois foi extraído dela recursos para a sua alimentação, moradia, medicamento, dentre outros benéficos, que foi possível a perpetuação da espécie humana. Logo, a degradação dos bens naturais se faz algo necessário à manutenção da vida. Porém, no transcorrer dos tempos a maneira como o homem passou a utilizar estes recursos colocou em questão o limite da natureza. Isso se deve à frequência consumista onde a busca da promoção e valorização dos princípios econômicos são superiores aos sociais e ambientais. Assim, o modelo de produção programada trata o meio ambiente como subsistema da economia.

Diante disso a discussão do modelo de desenvolvimento sustentável vem sendo globalmente debatida. No entanto precisa -se entender o seu estágio evolutivo que se dá de forma ascendente; primeiramente peregrina o âmbito econômico, o que lhe confere o sentido quantitativo e incomensurável de pontos colossais como, por exemplo, o desemprego, fome, desigualdade social, violência e a deterioração ambiental (BURSZTYN, 1994, p.34). O segundo ponto a ser tratado é o desenvolvimento econômico onde o modelo sustentável visa

conciliar a igualdade social ao crescimento econômico. Agora, no terceiro estágio dessa evolução reside o ecodesenvolvimento, consubstanciado por parâmetros que atendem a sustentabilidade, mas ao mesmo tempo se diferencia por ainda persistir no uso dos recursos naturais de forma prudente. Finalizando essa escala evolutiva, tem-se o Desenvolvimento Sustentável, que tem por finalidade resguardar os bens naturais tendo como princípio a busca pela equidade, a justiça social e o respeito às diversidades culturais entre os povos.

Conforme estudo levantado na construção desta pesquisa foi possível entender que as políticas públicas ambientais se configuram como forte ferramenta aliada à promoção do desenvolvimento sustentável devido ao seu caráter junto à comunidade. Pois, a inserção de políticas bem direcionadas a esta área não servem meramente para o despertar de uma conscientização sobre a responsabilidade do indivíduo em relação à natureza, mas estas políticas podem fornecer mecanismos à manutenção desta conscientização, pois muitas vezes as pessoas sabem da importância do habitat natural, contudo não encontram condições propícias à execução de práticas sustentáveis, assim jogam lixo no lugar errado, constroem em áreas impróprias, entre outros.

Permite-se aqui dizer, em consonância com a pesquisa em questão, que a atuação do Estado se faz necessária para a promoção da sustentabilidade ambiental, pois diante da forma com a qual o mercado vem lidando com os seus processos de produção com caráter acumulador e com obsolescência programada de seus produtos, o Estado ao inserir de forma mais incisiva as políticas públicas ambientais, pode deixar o papel de árbitro perante a esta questão, que por sua vez tem forte carga social, econômica e não apenas ambiental e assim contribuir para o ordenamento dos quesitos pertinentes à manutenção do meio ambiente.

Mas, para responder à problemática levantada nesta pesquisa, explanada do seguinte modo “as políticas públicas ambientais adotadas no município de Vitória da Conquista-BA são capazes de promover, efetivamente, em sua comunidade, o desenvolvimento ambientalmente sustentável?” Diante a tal prerrogativa o estudo permite concluir que não.

### **3.2 Confrontações conceituais com as políticas públicas ambientais adotadas em Vitória da Conquista para investigação das hipóteses**

A construção deste tópico reside, primeiramente na apropriação da definição do conceito sobre Desenvolvimento Sustentável que presa pelos paradigmas concernentes a este modelo; segundo, as considerações sobre as políticas públicas ambientais e a sua atuação para a promoção do Desenvolvimento Sustentável; terceiro, consiste na corroboração dos resultados para o alcance da tentativa de falsear as hipóteses.

É importante salientar que a elaboração do tópico em análise fundamenta-se em entrevistas informais com um dos membros participantes da construção da Agenda 21Local, bem como o responsável pela gestão de projeto de políticas ambientais do município ao qual se aplica o estudo dentre outros servidores que integram a composição atual de membros da SEMMA local.

Na pesquisa, foi realizado um levantamento conceitual dos pilares do Desenvolvimento Sustentável, seguindo a ótica social proposta de equidade, justiça e respeito às diversidades com vista ao desenvolvimento de um espaço de vivência harmonioso também para com as questões ambientais e assim uma melhor qualidade de vida para as pessoas. Tal quesito ainda peregrina o setor econômico o qual foi abordado a questão do modo de produção com obsolescência programada que massivamente vem sendo estimulada e contribuindo para o aumento cada vez mais da quantidade de resíduos sólidos na natureza, desta forma não atendendo os preceitos do alicerce do desenvolvimento ambientalmente sustentável de não exaustão dos recursos ambientais.

Além do ponto central da questão que se refere as políticas públicas ambientais, as quais foram relatadas nos níveis nacional e municipal e, com isso, se chegar ao entendimento se efetivamente as políticas públicas ambientais estão contribuindo para a promoção da sustentabilidade ambiental em Vitória da Conquista.

Resguardada as especificidades apontadas como intento da pesquisa, foi possível observar que o município fornece sim serviços de caráter ambiental conforme relatado no capítulo II, como a coleta de lixo sendo descartada em um aterro sanitário, a distribuição de mudas de plantas e a de licenças ambientais, podas de árvores, palestras de conscientização e mobilização ambiental para a comunidade, eletrotroca, fiscalização e monitoramento de áreas

ambientais. Além da elaboração e construção da Agenda 21 Local com as propostas de sustentabilidades não só ambiental, como social e econômica, atendendo, assim, o seu planejamento de propostas de políticas correspondentes aos anseios pregados pelo Desenvolvimento Sustentável. Como também o programa de coleta de materiais recicláveis o “Recicla Conquista”.

Nesta direção, tendo em vista o conceito de Desenvolvimento Sustentável elencado nesse estudo, confrontando-os com as políticas públicas ambientais é rematada como verdadeira a hipótese de que são realizadas ações que podem estar contribuindo para a promoção do Desenvolvimento ambientalmente sustentável no município de Vitória da Conquista.

Partindo do mesmo conceito na sua dimensão social, em corroboração com as políticas públicas ambientais, segundo relatos do servidor da SEMMA intitulado aqui por **A**, foi possível analisar que, através dos serviços de educação ambiental, o município mostra-se ativo e permite dessa forma tornar como verdadeira, neste quesito, a hipótese de contribuição social abordada pelo desenvolvimento sustentável.

No âmbito das atividades econômicas, não foi constatada a execução de nenhuma proposta de atividade com vista à sustentabilidade ambiental, no entanto, o monitoramento ambiental objetivando averiguar se as empresas existentes na localidade estão em consonância com as formas adequadas de deposição dos resíduos, e que suas atividades estão dentro dos regulamentos das políticas públicas ambientais vigentes na Constituição do país, é realizada, mas não de forma tão intensificadora que se possa dizer que estejam contribuindo significativamente para a promoção do modelo de Desenvolvimento Sustentável no município, pois segundo o servidor **B**, a quantidade de pessoas trabalhando nesta área é pequena e com isso não conseguem contemplar toda a demanda da região. Tal dificuldade permite falsear a hipótese de sustentabilidade econômica almejada pelo desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Nessa mesma linha, as atividades com vistas às questões ambientais realizadas que atendam aos pressupostos da ótica ambiental conforme apresentado na conceituação sobre Desenvolvimento Sustentável, encontram-se nos serviços de concessão de licenças ambientais, de mudas de plantas e podas de árvores, todavia é pertinente mencionar que apenas a execução destas atividades é insuficiente, o que torna assim falsa a hipótese de sustentabilidade ambiental presente na localidade em questão.

No entanto é pertinente mencionar que Vitória da Conquista, mesmo tendo uma SEMMA e uma Agenda 21 Local, se apoia ainda na concessão de serviços à sua comunidade que se constituem como básicos à manutenção ambiental dentro de toda a complexidade de manutenção necessária à sustentabilidade ambiental conforme assinalado na pesquisa.

Em contraponto, é importante mencionar que houve no município a construção de uma Agenda 21 local, no entanto não ocorreu nenhuma execução das propostas de políticas públicas compostas na mesma, desde o lançamento do volume com os projetos, em 2007 até os dias atuais conforme apresentada pelo servidor **C**, ainda em consonância com relatos do mesmo, a Agenda 21 local encontra-se parada sem ao menos ter tido alguma revisão, pois a conjuntura social à qual compõe o cenário social hoje, confere outras demandas em relação ao período de criação, daí a importância de sua revisão, porém ela ainda não foi realizada.

Outro quesito que convém ser mencionado trata da concessão de licenciamento ambiental. De acordo servidor **B**, essa atividade teve início no município no ano de 2007. Mostra dessa forma certo descaso, pois como foi contextualizado no presente trabalho, a cidade conta com uma grande diversidade de biomas que contribui para seu potencial econômico, logo se entende que a normatização, através de licenças ambientais e fiscalização, se faz importante, pois teriam impedido várias degradações ambientais. A partir disso é possível perceber a não preocupação do ordenamento político local para com as questões ambientais.

Nessa mesma perspectiva, constata-se que Vitória da Conquista não possui políticas públicas ambientais em execução que possam estar inserindo, no cotidiano de sua comunidade, as questões levantadas a respeito do desenvolvimento ambientalmente sustentável; O que se encontram são planos, e ainda em elaboração, de projetos voltados para esta área.

Portanto, através de uma análise panorâmica do cenário o qual foi construído nesta pesquisa é possível confirmar como falsa a presunção de que as políticas públicas ambientais adotadas em Vitória da Conquista estejam efetivamente contribuindo para a disposição do desenvolvimento ambientalmente sustentável. Isto se confirma porque, conforme verificado ainda neste tópico, o pilar social atende de certa forma os critérios da sustentabilidade, porém o econômico, ainda não em sua totalidade, e no ambiental, as atividades referentes a este setor são iníquas em relação à sustentabilidade ambiental.

Por fim, tomando como base a literatura exposta que o Desenvolvimento Sustentável firma o seu conceito a partir da harmonização dos três pilares – social, ambiental e econômico,

fica comprovado, nesta pesquisa, que as políticas públicas ambientais do município de Vitória da Conquista ainda não atendem ao desenvolvimento ambientalmente sustentável, podendo em um futuro próximo, atender os pilares econômicos e ambientais necessários a esta classificação e com isso o Desenvolvimento Sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa consistiu em apresentar o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Para atingir esse intento foram realizadas pesquisas a respeito da evolução histórica deste conceito que se deu a partir do reconhecimento dos danos ocasionados no meio ambiente, concomitantemente com o crescimento econômico, desenvolvimento, ecodesenvolvimento até ser cunhado o termo Desenvolvimento Sustentável.

Tal estudo foi subdividido em etapas levando em consideração a conjuntura social, econômica e ambiental à qual esse modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável se insere, fundamentado nas seguintes óticas: Social – A busca pelo bem-estar da população a partir da geração de emprego e renda em um sistema social que também preze os recursos naturais como fatores essenciais a manutenção da boa qualidade de vida. Econômica – deve estar alicerçado na gestão eficiente dos recursos produtivos para se manter a sustentação dos ecossistemas, um desenvolvimento econômico equilibrado assim como também a elaboração de tecnologias que amenizem o consumo demasiado de recursos naturais e também desestimule a obsolescência programada dos produtos. Ambiental - é pautado na preservação dos recursos naturais de forma a garantir às gerações futuras, além do reaproveitamento dos recursos dispostos no meio ambiente. Estas premissas encontram-se em consonância com o referencial utilizado no presente estudo, que guiou a descrição do Desenvolvimento Sustentável que prega a harmonização das gestões institucionais e modelos econômicos tendo em vista a eficiência ecológica.

É pertinente mencionar que a abordagem sobre obsolescência programada nesta pesquisa foi apresentada de forma a compreender como esta ação vem contribuindo para o aumento de descartes de lixos no meio ambiente. Sendo a clareza deste assunto a substância de um estudo futuro.

Resguardada as especificidades apontadas neste estudo, o ângulo político foi utilizado como ferramenta de investigação no trabalho por considerar que a formulação de políticas públicas ambientalmente sustentáveis é de competência do Estado, dado que a criação e a fiscalização de normas e leis são erguidas pertinentemente por ele.

A partir daí, no segundo capítulo, foi realizado um levantamento do escopo das políticas públicas ambientais no Brasil, por seguinte o que se configura como competência do

Estado no que diz ao meio ambiente e como este pode estar agindo na promoção do Desenvolvimento Sustentável, mesmo tendo em contraponto as ações do mercado como foi tratado. Em decorrência da caracterização e finalidade desta pesquisa, o estudo convergiu à análise das políticas públicas ambientais adotadas no município de Vitória da Conquista, a verificação destas informações, serviram para ponderar se estão de alguma maneira atendendo às óticas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Dessa orientação, o terceiro capítulo apresenta a correlação do conceito de Desenvolvimento Sustentável com as informações obtidas a respeito das políticas públicas ambientais adotadas em Vitória da Conquista, assim, chegando ao resultado admitido na pesquisa.

A pesquisa verificou que as políticas públicas ambientais adotadas em Vitória da Conquista não contribuem efetivamente para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, pois não contemplam a harmonização dos três pilares (social, ambiental, econômico) necessários para a sustentabilidade. Lembrando que a ótica social foi alcançada com as atividades de educação ambiental conforme relatado no terceiro capítulo. Por outro lado, os empecilhos ao atendimento dos critérios da sustentabilidade ambiental foram encontrados nos setores econômicos e ambiental.

Por fim, tudo isso indica que a problemática levantada de: As políticas públicas adotadas no município de Vitória da Conquista - BA são capazes de promover efetivamente em sua comunidade o desenvolvimento ambientalmente sustentável? É respondida de forma negativa, pois as políticas públicas ambientais nos setores econômicos e ambientais não são desenvolvidas de forma que contemplem os critérios da ótica sustentável, em consequência não ajudam na promoção deste modelo de desenvolvimento.

O falseamento dessas hipóteses apontadas acima pode ser confirmado com o que foi esboçado no capítulo três através da corroboração das políticas públicas no município com o que seria necessário para se atingir a sustentabilidade fundamentada no conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Com base na metodologia assumida nesta pesquisa obteve-se como resultado, à problemática cunhada, que as políticas públicas ambientais propagadas em Vitória da Conquista não contribuem para proliferação dos critérios do Desenvolvimento Sustentável, pois não seguem, em sua totalidade, os mesmos.

**REFERÊNCIAS:**

AGENDA 21. **A Conquista do futuro: diretrizes de ação para o desenvolvimento sustentável.** Vitória da Conquista, 2004.124p.

ALUCINIO, Patrícia. **Análise de métodos de avaliação de sustentabilidade do ambiente construído:** Caso dos conjuntos habitacionais. 2008.157 f. dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3146/tde - 09022009-185405/publico/TextoDissertaçãoPatricia.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

AMARAL, Cláudio Ferraz do. **Instrumentos de Gestão Ambiental. Introdução à teoria do desenvolvimento econômico: economia do meio ambiente.** ECO.1106 – Aula 5. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC/RJ,2001.

ARAÚJO, Gustavo Henrique de Souza. **Gestão ambiental de áreas degradadas.** 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.320 p.

ARISTÓTELES Política. SP. Martin Claret, 2009

BAUDRILLARD, J. **A sociedade do consumo.** Lisboa: ed. 70, 1995.

BEY, H Taz, Zona autônoma temporária, Tradução: Patrícia Decia & Renato Resende, copyleft, Disponível em: [HTTP://www.mon.arq.ufm-g.br/mom/arq\\_interface/4a\\_aula/Hakim Bey TAZ.pdf](HTTP://www.mon.arq.ufm-g.br/mom/arq_interface/4a_aula/Hakim_Bey_TAZ.pdf). Acesso em: 04 de abril de 2014.

BRASIL. Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;** altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acesso em 13 de out. 2014.

BERNARDES, Julia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da Guerra, Antônio José Teixeira org. **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 4º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para um desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias.** São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL, Ana Maria. et al. **Equilíbrio ambiental e resíduos na sociedade moderna**. São Paulo, Ed. FAARTE. 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 6ª ed. Brasília: Unb-Pólis, 1989. Disponível em: [http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/NorbertoBobbioTOJ.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/NorbertoBobbioTOJ.pdf) Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense/ IBAMA/ENAP, 1994. Disponível em: [http://areapublica.confed.org.br/arvore\\_hiperbolica/arvores/pto/biblioteca/pp.pdf](http://areapublica.confed.org.br/arvore_hiperbolica/arvores/pto/biblioteca/pp.pdf) Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

CAVALCANTE, Lívia Gasparelli. **Materiais construtivos, sustentabilidade e complexidade**: análise da relação entre especificação de materiais construtivos e desenvolvimento sustentável. 2011.247 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/ERALDO/Downloads/LIVIA\\_CAVALCANTE DISSERTACAO\\_MESTRADO.pdf](file:///C:/Users/ERALDO/Downloads/LIVIA_CAVALCANTE DISSERTACAO_MESTRADO.pdf). Acesso em: 23 fev. 2014.

CHURCHILL, G. Jr. & PEPER, P. J, Marketing: **Criando valor para os clientes**: São Paulo: Saraiva, 2000.

COCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável**. III Encontro Nacional do meio Ambiente. Salvador. 14 de outubro, 2004. Disponível em: <http://gpect.files.wordpress.com/2013/11/a-insustentabilidade-do-desenvolvimento-sustentavel.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

CUNHA, Sandra Batista, GUERRA, Antônio José Teixeira. **A questão ambiental: Diferentes abordagens**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.169 p.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção, Vitoria da Conquista**: um retrato de duas décadas. Vitoria da Conquista: UESB.

FERREIRA, L. C. **A questão Ambiental**: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo. Boitempo, 1998.

FONTES. José Raimundo. **O novo ciclo de desenvolvimento de Vitoria da Conquista**. Economia & Sociedade. Planejamento econômico e inclusão social. in Agenda 21 Vitoria da Conquista, 2008. 76p.

FLORIANO, E. P. **Política de Gestão Ambiental**. 3 Ed. Santa Maria: UFSM-DSF, 2007.

FROMM, E. **Ter ou ser?** 4º Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1976

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4 Ed; São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Priscila Rodrigues. **Indicadores ambientais na discussão da sustentabilidade: uma proposta de análise estratégica no contexto do etanol de cana-de-açúcar no estado de São Paulo**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado) São Carlos, 2011.

Disponível em: <http://WWW.teses.usp.br/teses/diponíveis/18/18139/tde-25042011-094123/publico/DissertaçãoPriscilaRodriguesGomes.pdf>. Acesso em: 20 de novembro, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna; uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 10ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HOBBSAWM, Eric J.A **Era das Revoluções: 1789- 1848**. São Paulo. Trad. De Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lucia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LITTLE, P. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil**. São Paulo: Peirópolis - Brasília, 2003.

MACHADO, Paulo, Afonso, Lemos. **Direito Ambiental Brasileiro**. 11Ed. Revista atualizada e aplicada. Malheiros Editores LTDA. 2003.

MARCONI, M.A, LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINEZ, Marina. **Conferencia de Estocolmo**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/meio-ambiente/conferencia-de-estocolmo>. Acessado em: 07 de fevereiro de 2013.

MEDEIROS, Ruy. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. IX, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>. Acesso em: 09 de janeiro de 2014.

MONOSOWSKI, E. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. **Cadernos FUNDAP**. São Paulo: FUNDAP, 1989.

MORAES, José Geraldo Vincini de. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Atual, 2003.

OLIVEIRA, Flávia de Paiva M, Guimarães, Flávio Romero. **Direito, meio ambiente e cidadania, uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Madras Ltda, 2004.

OLIVEIRA, Richard Geraldo Dias de. Texto base para Audiência Pública. In Workshop **Destinações Finais dos Resíduos Sólidos- Soluções Metropolitanas**. Ordem dos Advogados do Brasil, 73 Seção de Guarujá (SP), 23, fevereiro. 2011.

PÁDUA, J.A. Natureza e Projeto Nacional.in PÁDUA, J.A. **As origens da ecologia política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

PIETROCOLLA, L. G. **O que todo Cidadão Precisa Saber sobre Sociedade de Consumo**. São Paulo: Global, 1986.

QUINTAS, J. S, Salto para o Futuro, 2008. Dentro de uma possível observação.

RIBEIRO, L. C. de Q., PECHMAN, R. (orgs.). **Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 454p.

RODRIGUES, A. M. **Produção e Consumo do e no Espaço - Problemática Ambiental Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROMERIO, A. R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade? In MAY, P.H (org). **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SACHES, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e Meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.103p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SANTANA, Naja Brandão. **Crescimento Econômico, desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica: uma análise da eficiência por envoltória de dados para os países do BRICS**. 2012.214 F. Tese (Doutor em Ciências) – Escola de Engenharia São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

Disponível em: [HTTP://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18157-11102012-094514/publico/NAJABRANDAOSANTANA.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18157-11102012-094514/publico/NAJABRANDAOSANTANA.pdf). Acesso em: 14 jan.2014

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHEWE, C. D. & SMITH, R. M. Marketing: **Conceitos, casos e aplicações**. São Paulo: Makron, 1982.

SORRENTINO E (org.) et al, **Educação ambiental como política pública**, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus, **Desenvolvimento econômico** 5 Ed. Atlas, 2005.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo. Nova Cultural, 1988.

SEQUINEL, Maria Carmen Mattana. **Cúpula mundial sobre desenvolvimento Sustentável** - Johannesburgo: entre o sonho e o possível. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol\\_24\\_6e.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_24_6e.pdf). Acessado em 24/02/2013.

SILVA, C. L. **Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar**. In: SILVA, CL; MENDES, JTG (Org.). **Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. 1 ed. Rio de Janeiro, 2005, v. 1, p.11-40.

TEXEIRA, E, N. **Redução da fonte de resíduos sólidos: Embalagens e matéria orgânica**. In: BIDONE, F. R. A (Org.). **Metodologias e técnicas de resíduos sólidos urbanos**. Rio de Janeiro: PROSAB, 1999.

TORNISIELO, Sonia Maria Tauk, GOUBBI, Nevar, FOWLER, Harold Gordon. **Análise ambiental: Uma visão multidisciplinar/Organizadores**. \_ 2ª Ed. Ver e Veversid Estadual Paulista, 1995.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2ª Ed Campinas: Autores Associados, 2003.304p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1030 á criação do Sistema Nacional de Unidades de conservação (2000)**. Ed. UFPR, Brasil, 2011.

VIANNA JUNIOR, apud VALLEJO. **Unidades de Conservação: Uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas**. GEOgraphia (UFF), Rio de Janeiro, ano 4, n. 8, p. 77-106, 2003.

VIEIRA, L. B.; BREDARIOL, C. S. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIOLA Eduardo et al. **Ecologia e política no Brasil**; Organizador, PÁDUA José Augusto. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1987.